

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
GEOCIÊNCIAS E GEOGRAFIA**

**AGROINDÚSTRIA NO MEIO RURAL CONSTRUINDO
RURALIDADES**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA

ISIMAR STEFENON HUNDERTMARCK

Santa Maria, RS, Brasil

2009

AGROINDÚSTRIA NO MEIO RURAL CONSTRUINDO RURALIDADES

por

ISIMAR STEFENON HUNDERTMARCK

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geociências e Geografia, Área de Concentração em Meio ambiente e Sociedade, da Universidade Federal de Santa Maria, como requisito parcial para a obtenção do grau de

Mestre em Geografia

Orientador: Prof^a. Dr^a Vera Maria Favila Miorin

Santa Maria, RS, Brasil

2009

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Naturais e Exatas
Programa de Pós-Graduação em Geociências e Geografia
Curso de Mestrado em Geografia**

A comissão examinadora, abaixo assinada
aprova a Dissertação de Mestrado

**AGROINDÚSTRIA NO MEIO RURAL CONSTRUINDO
RURALIDADES**

elaborada por

Isimar Stefenon Hundertmarck

como requisito parcial do Curso de
Mestrado em Geografia

COMISSÃO EXAMINADORA:

Vera Maria Favila Miorin, Dr^a.
(Presidente/Orientador)

Rógis Juárez Bernardy, Dr. (UNOCHAPECÓ)

Marco Antônio Verardi Fialho, Dr. (UFSM)

Santa Maria, 6 de março de 2009.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela proteção recebida a cada dia iluminando meus caminhos e guiando meus passos.

À Universidade Federal de Santa Maria e ao Programa de Pós-Graduação em Geociências e Geografia, por tornar possível a realização do Curso de Mestrado em Geografia em uma instituição pública, gratuita e de qualidade, sem a qual não poderia concretizar meus ideais de formação intelectual.

A minha orientadora, Professora Dr^a. Vera Maria Favila Miorin, pela competente orientação aprendizado, liberdade, respeito, críticas, sugestões e, principalmente, pela amizade.

Ao professor Dr. Rógis Juarez Bernardy, por ter estendido a mão e auxiliado na definição dos primeiros traços do meu projeto de pesquisa.

Aos colegas do curso de Mestrado e do Laboratório de Estudo e Pesquisa Regional, LEPeR, especialmente a Professora Gilda Maria Cabral Benaduce, as colegas de mestrado Neiva Marli Baréa e a Débora Barata.

Aos meus pais, construtores da família a que pertenço, agradeço pela educação recebida, apoio e colaboração, tornando-me forte o suficiente para superar desafios aceitando vitórias com humildade e derrotas com coragem. À distância fortaleceu em mim a confiança, que hoje me faz acreditar ser suficientemente capaz de concluir desafios que se levantam a minha frente.

A minha esposa Taís, pela fortaleza dos sentimentos, companheirismo, respeito, dedicação e incentivo, independentemente das ausências e dos momentos subtraídos de seu convívio.

Dedicatória...

Aos meus pais Izidoro e Marilene;
pelo esforço, dedicação e
compreensão, em todos os
momentos desta e de outras
caminhadas.

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências
Universidade Federal de Santa Maria

AGROINDÚSTRIA NO MEIO RURAL CONSTRUINDO RURALIDADES

AUTOR: ISIMAR STEFENON HUNDERTMARCK
ORIENTADORA: VERA MARIA FAVILA MIORIN
Data e Local da Defesa: Santa Maria, 06 de março de 2009.

A proposta de estudo se constituiu em um elemento investigativo no contexto dos estudos sobre dinâmicas sócio-espaciais focando os elementos constituintes do rural e de sua ruralidade, bem como as possibilidades de formação de capital social para o desenvolvimento local integrado, onde urbano e rural deverão permear-se em mútuas relações. A concepção sobre as novas ruralidades não só alimentou esta proposta como também a distância das antigas definições, na qual o meio rural destacava-se apenas como o *hinterland* definido como a região de um centro (urbano) dominante e em expansão contínua sobre o seu espaço regional. Como objetivo geral se perseguiu a busca da determinação deste rural, como meio de alcançar a nova ruralidade em construção e decorrente de transformações advindas da dinâmica sócio-espacial deste meio geográfico e de sua espacialidade em mutação devido ao processo da globalização em tempos de adoção de aceleração da técnica e de uso da cientificidade. Este objetivo também procurou explicar, ao menos em parte, a presença da diversidade e das múltiplas atividades pluriativas existente na área do distrito Santa Flora, município de Santa Maria, RS, no afã de encontrar elementos acusadores da presença de capital social. Utilizando-se do procedimento metodológico técnico e aplicando-o no sistema considerado foi possível reconhecer os subsistemas e seus indicadores que estabelecem, em sua dinâmica, a estrutura e os processos do sistema espacial e são responsáveis pela determinação das funções e das formas, conforme o curso da dinâmica a que se submete a espacialidade em questão. O rural de hoje, que vem sendo superado material e culturalmente daquela pretérita concepção, ainda que se reconheça que esta superação não atinge a totalidade da sociedade, pois se trata de um processo que não está isento das contradições do sistema capitalista.. A diversificada oferta de serviços, atividades, lugares e estabelecimentos do meio rural, denotam, de modo correspondente, a outra ponta do processo de consumo, em que se condensam – na demanda – diferentes modalidades de interesse pelo espaço rural; de certo modo, é este processo que acaba lhe conferindo as atuais características de pluriatividade e multifuncionalidade que se somam as atividades existentes. No imbricado das relações com as cidades, será possível construir uma estratégia de crescimento e de articulação no meio rural. A renovação das discussões sobre a ruralidade e sua dinâmica para alcançar o desenvolvimento pleno dos grupos sociais contidos nele e que o formam exigem de imediato que se possa, além de superação do mito da urbanização do campo, olhar para as mudanças rápidas que obedecem as dinâmicas dos tempos de mutações técnicas de alteração da vida e da produção e para interferências no meio ambiente ao colocar novos elementos, transformando os existentes e suprimindo outros e por fim dando ao meio rural novas feições que podem ser traduzidas por ruralidades em movimento constante.

Palavras-chave: Ruralidade, Pluriatividade, Meio rural, Transformações na espacialidade; Multifuncionalidade.

ABSTRACT

**Master's Degree Dissertation
Geography and Geosciences Post-graduation Program
Federal University of Santa Maria**

AGROINDUSTRY IN THE RURAL ENVIRONMENT BUILDING RURALITIES

AUTHOR: ISIMAR STEFENON HUNDERTMARCK

ADVISOR: VERA MARIA FAVILA MIORIN

Date and Place of Defense: Santa Maria, March 6, 2009.

The proposal of this study concerns an investigative element in the context of studies about socio spatial dynamics, focusing on the constituting features of the rural space and its rurality. It also focuses on the possibilities of formation of social capital for the integrated local development, where rural and urban spaces permeate themselves through mutual relations. The conception about new ruralities not only fed this proposal, but also increased the distance of older definitions, in which the rural environment was highlighted as *hinterland*, defined as a region of a dominating (urban) center, continuously expanding over its regional space. The general objective of the study was to determine such rural location, as a means to reach the new rurality under-construction, following transformations coming from the socio spatial dynamics of such geographical environment and of its mutating spatiality due to the globalization process, in the age of technical acceleration and use of scientific measures. Such objective also aimed at explaining, at least partly, the presence of diversity and of multiple pluriactive activities in the area of Santa Flora district, in Santa Maria, RS, in order to find elements that point out existing social capital. Technical methodological procedure was used and applied on the considered system, allowing to recognize the subsystems and its indicators that establish, through their dynamics, the structure and processes of the spatial systems and that are responsible for the determination of functions and forms, according to this course of dynamics to which such spatiality is submitted. The current rural space is materially and culturally prevailing over the past conception, although such overcoming process does not reach the total society, since it is a process that is not exempted from the contradictions of the capitalist system. The diverse offer of services, activities, places and establishments in the rural environment indicate the other pole of the consuming process, in which different kinds of interests towards the rural space are condensed on the demand. Such a process inserts the current characteristics of pluriactivity and multifunctionality that are added to the existing activities in the rural environment. In the imbricated relations with the cities, it will be possible to build a strategy of expansion and articulation in the rural environment. The renewal of discussions about rurality and its dynamics to reach the absolute development of social groups contained in it and that build it, demands besides overcoming the rural urbanization myth, focusing on the rapid changes that obey the dynamics of the technical mutations age of life and production changes, on the interferences of the environment that lay new elements, transforming the existing ones and suppressing others, putting on a new face that can be translated by ruralities in a constant movement.

Keywords: Rurality, Pluriactivity, Rural environment, Spatiality transformation; Multifunctionality.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Mapa de localização do Distrito Santa Flora no município de Santa Maria e sua situação no estado do Rio Grande do Sul.....	16
Figura 2	Organograma síntese dos subsistemas e indicadores do modelo sistêmico de análise.....	26
Figura 3	Organograma estrutural das etapas do procedimento metodológico.....	30
Fotografia 1	Uma família de descendentes de italianos no distrito Santa Flora,1957.....	33
Fotografia 2	Colheita do arroz: Família Marzari separando o arroz da palha, ensacando e pesando o produto na lavoura, 1958.....	55
Fotografia 3	Irmãos Marzari no início das atividades no ano de 1955.....	56
Fotografia 4	Primeiras instalações, Irmãos Marzari e seu caminhão Dodge, 1954.....	57
Fotografia 5	Trabalho manual caracterizando o início das atividades, 1954 -1955.....	58
Fotografia 6	Linha de produção da Agroindústria automatizada, 2008.....	59
Fotografia 7	Vista parcial dos silos de armazenagem de arroz, 2008.....	60
Fotografia 8	Dodge 1954 e o proprietário Adolfo Marzari.....	60
Fotografia 9	Modernos equipamentos de transporte da indústria, 2008.....	61
Fotografia 10	Estrada de acesso ao distrito após período de chuvas, 2007.....	61
Gráfico 1	Origem da produção de arroz do Grupo Marzari, 2008..	63
Gráfico 2	Municípios fornecedores de arroz para a agroindústria Marzari, 2008.....	64

Figura 4	Mapa de origem da matéria-prima para a agroindústria Marzari, 2008.....	64
Gráfico 3	Destino do arroz processado da agroindústria Marzari, 2008.....	65
Gráfico 4	Destino do arroz processado por estados brasileiros, 2008.....	66
Figura 5	Mapa de destino da produção da agroindústria Marzari, 2008.....	67
Fotografia 11	Variedade de produtos elaborados na agroindústria Marzari.....	68
Gráfico 5	Tempo de trabalho na agroindústria Marzari, 2008.....	69
Gráfico 6	Local de residência dos funcionários da agroindústria Marzari, 2008.....	70
Fotografia 12	Casa em construção na propriedade dos pais de um funcionário, distrito Santa Flora, 2008.....	71
Fotografia 13	Residência construída com recursos obtidos na agricultura e serviços prestados para a agroindústria Marzari.....	72
Gráfico 7	Faixa salarial dos funcionários da agroindústria Marzari, 2008.....	73
Gráfico 8	Grau de escolaridade dos funcionários da agroindústria Marzari, 2008.....	74
Gráfico 9	Origem do produtor rural de Santa Flora.....	76
Fotografia 14	Melhoria no padrão de vida a partir das moradias, distrito Santa Flora, 2008.....	77
Fotografia 15	Propriedade abandonada após migração da família, distrito Santa Flora, 2008.....	77
Gráfico 10	Tamanho das propriedades rurais no distrito Santa Flora, 2008.....	78
Gráfico 11	Atividade desenvolvida na propriedade, distrito Santa Flora, 2008.....	79
Fotografia 16	Cultura do fumo e melhoria do padrão de vida, distrito Santa Flora, 2008.....	80

Fotografia 17	Pecuária de bovinos em pastagem plantada, distrito Santa Flora, 2008.....	82
Fotografia 18	Cultura da soja em propriedade arrendada, distrito Santa Flora, 2008.....	82
Gráfico 12	Principais fontes de renda das propriedades, distrito Santa Flora, 2008.....	83
Fotografia 19	Propriedade com renda dependente de aposentadorias, distrito Santa Flora, 2008.....	84
Fotografia 20	Infra-estrutura típica de propriedades arrendadas, distrito Santa Flora, 2008.....	86
Fotografia 21	Tempos de estiagem promotoras de queda na produção de soja, distrito Santa Flora, 2008.....	88

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Divisão distrital componente do município de Santa Maria, RS	32
------------	---	----

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A	Roteiro para entrevista – produtores rurais do distrito Santa Flora, Santa Maria, RS. (mais antigos).....	99
Apêndice B	Roteiro para entrevista – produtores rurais do distrito Santa Flora, Santa Maria, RS.....	102
Apêndice C	Roteiro para entrevista – funcionários da agroindústria, distrito Santa Aflora, Santa Maria, RS..	106
Apêndice D	Roteiro para entrevista – agroindústria de processamento de arroz.....	108

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 EMBASAMENTO METODOLÓGICO.....	19
1.1 Procedimentos metodológicos, técnicos e importância da investigação.....	28
1.1.1 Procedimentos metodológicos.....	28
1.1.2 Técnicas utilizadas.....	29
1.1.3 A importância da investigação.....	31
1.2 O local como referencial empírico.....	31
2 REVISÃO TEÓRICO CONCEITUAL.....	37
2.1 O rural como categoria de estudo em geografia.....	40
2.2 Ruralidade e pluriatividade	42
3. DA DIVERSIFICAÇÃO NO MEIO RURAL À CONSTRUÇÃO DA RURALIDADE.....	55
3.1. A agroindústria de processamento do arroz.....	55
3.2 Atividades dos funcionários da agroindústria de processamento de arroz.....	68
3.3 Propriedades rurais do distrito Santa Flora	74
CONCLUSÃO	90
REFERÊNCIAS.....	94
APÊNDICES.....	99

INTRODUÇÃO

As novas ruralidades nas sociedades modernas apresentam-se como tema de investigação em vários países, e mais recentemente no Brasil, devido às transformações recentes no meio rural e na relação deste com o meio urbano. Este trabalho trata do meio rural como uma categoria de análise sobre espacialidades geográficas e de sua ruralidade como elemento de reflexão sobre as singularidades de modos de vida e sociabilidade. Assim, esta concepção se contrapõe àquelas que consideram que a espacialidade rural se submete ao urbano e que desempenha papel de menor importância no mundo dominado pelo avanço técnico-científico.

A proposta de estudo se constitui em um elemento investigativo no contexto dos estudos sobre dinâmicas sócioespaciais focando os elementos constituintes do rural e de sua ruralidade, bem como as possibilidades de formação de capital social para o desenvolvimento local integrado, em que o urbano e o rural deverão permear-se em mútuas relações. A concepção sobre as novas ruralidade não só alimentou esta proposta como também a distanciou das antigas definições, nas quais o meio rural destacava-se apenas como o *hinterland* definido como a região de um centro (urbano) dominante e em expansão contínua sobre o seu espaço regional. Tal idéia permitia, inclusive, a formulação da concepção de que o rural estaria em extinção, devido à perda de suas características e de espaço para a produção.

Hoje, no meio rural, acredita-se que vive uma população que ultrapassa a 20%, mas que não se constitui unicamente como sendo uma população empenhada em atividades de produção na agricultura e/ou na pecuária, envolvendo o uso dos recursos naturais local. Nestes novos tempos, tem-se uma população rural maior numericamente do que a população envolvida diretamente em atividades agropecuárias. É possível constatar que, no meio rural de hoje, não há só agricultura e agricultores e pecuária e pecuaristas. Neste meio geográfico, vive uma diversidade de população, constituída de indivíduos que desempenham imensa quantidade de atividades independentes e até distanciadas da agricultura e da pecuária.

Estudos realizados após o processo de modernização da agricultura, dão conta de que além da introdução de novas tecnologias na produção, também foram melhoradas e expandidas as condições de infraestrutura de apoio à produção e à

sua circulação nos mercados, atendendo à necessidade de aproximar os espaços da produção com os locais de transformação e de distribuição, de modo a facilitar a circulação das mercadorias eficiente e rapidamente. Tais condições não só abriram caminho para a aproximação das categorias geográficas campo e cidade, como facilitaram a expansão da população no meio rural.

Em decorrência disso, hoje se revela a existência de um meio rural diferente daquele até então conhecido. As atividades se multiplicaram e não se apresentam mais apenas com o seu caráter tradicional. Nos tempos atuais, as atividades são múltiplas e trazem uma íntima relação com os mercados e estes, por sua vez, não são especificamente o mercado urbano mais próximo.

As dinâmicas resultam em relações que se estabelecem, por vezes, com mercados distanciados, negando a antiga concepção das relações comerciais apenas entre cidade e seu entorno. Em verdade, a reflexão sobre esta nova realidade permite compreender que o comportamento do meio rural deve-se à necessidade cada vez maior de se aproximar dos mercados, segundo o modo de produção e as dinâmicas impostas pelo processo de globalização ao qual se submetem as economias nacionais, pois se vive em tempos de globalização. Isto pode ser traduzido pela presença da aceleração na produção, via adoção de tecnologias com cientificidade, para que se maximize a produtividade que vai garantir a acumulação, o abastecimento no ramo da transformação e do consumo de alimentos. Esta dinâmica produtiva age sobre os espaços, alterando seus processos e funções e, até mesmo, as estruturas. Elas promovem novas formas que não passam despercebidas ao olhar dos geógrafos para a paisagem em mutação.

O novo modo de produção se faz presente no meio rural há mais tempo, ele teve início com o processo de modernização do campo. No Brasil, ocorreu nas décadas de 1960 e 1970, como fenômeno modificador das relações de produção e promovedor de alterações nas relações sócioespaciais do meio rural. Muitos pesquisadores, pelo menos nos últimos 40 anos, têm se ocupado em analisar, refletir e tecer explicações a respeito destas alterações no meio rural. Os avanços alcançados, por volta da década de 1990, têm permitido o acompanhamento das alterações a que se submete o meio rural.

Exemplo disso está nos trabalhos produzidos sobre a existência de empresas de transformação de produtos agrícolas no meio rural, utilizando a matéria-prima e absorvendo o trabalho permanente e/ou temporário da população rural no

desempenho de atividades não-agrícolas, de populações que realizam atividades ligadas direta e indiretamente com o campo, em que muitas delas vivem no campo e trabalham nele, mas não em atividades agropecuárias. Sabe-se que uma significativa parcela da população exerce distintas atividades não consideradas tipicamente rurais. Este é o caso dos que trabalham e dirigem o Engenho de Arroz existente no distrito Santa Flora do município de Santa Maria, RS, o qual envolve a produção e os elementos socioculturais do local.

Desse modo, destaca-se como referencial empírico neste estudo de dissertação o distrito Santa Flora, localizado a 42 km da sede do município de Santa Maria, contendo uma área de 494 km². (Figura 1)

Nesse contexto e reconhecendo a existência de atividades pluriativas no local e seus significados, não apenas do ponto de vista econômico como social, buscou-se compreender esta espacialidade em suas múltiplas relações, que promovem mudanças quantitativa e qualitativamente. Com base em uma metodologia capaz de permitir a ampliação das análises, quando aplicada ao estudo do objeto, de maneira que fosse possível reconhecer, entender e, até mesmo, responder que ruralidade é esta.

Obviamente que a determinação de indicadores econômicos, sociais, culturais e ambientais constituintes da organização do meio rural em suas relações agrícolas e pluriativas no distrito de Santa Flora no município de Santa Maria, RS, tem como suporte a diversidade pluriativa, a partir da agroindústria de beneficiamento de arroz que, atraindo relações de mercado, de circulação de matéria-prima e, ao produzir a manufatura, envolve a população de forma direta e indireta.

Entende-se que, decorrente dessas relações, o agroindustrial se torna responsável pelas articulações da produção econômica e da reprodução social local. Contudo, não se ignoram seus papéis na economia regional e nacional, possibilitando definir seu espaço de influência, advindo quer de suas relações de produção local, como da influência que exerce no contexto de outras espacialidades rurais em escala diferente, como é o caso da escala regional. Porém, se desconhece sua influência na formação do capital social local.

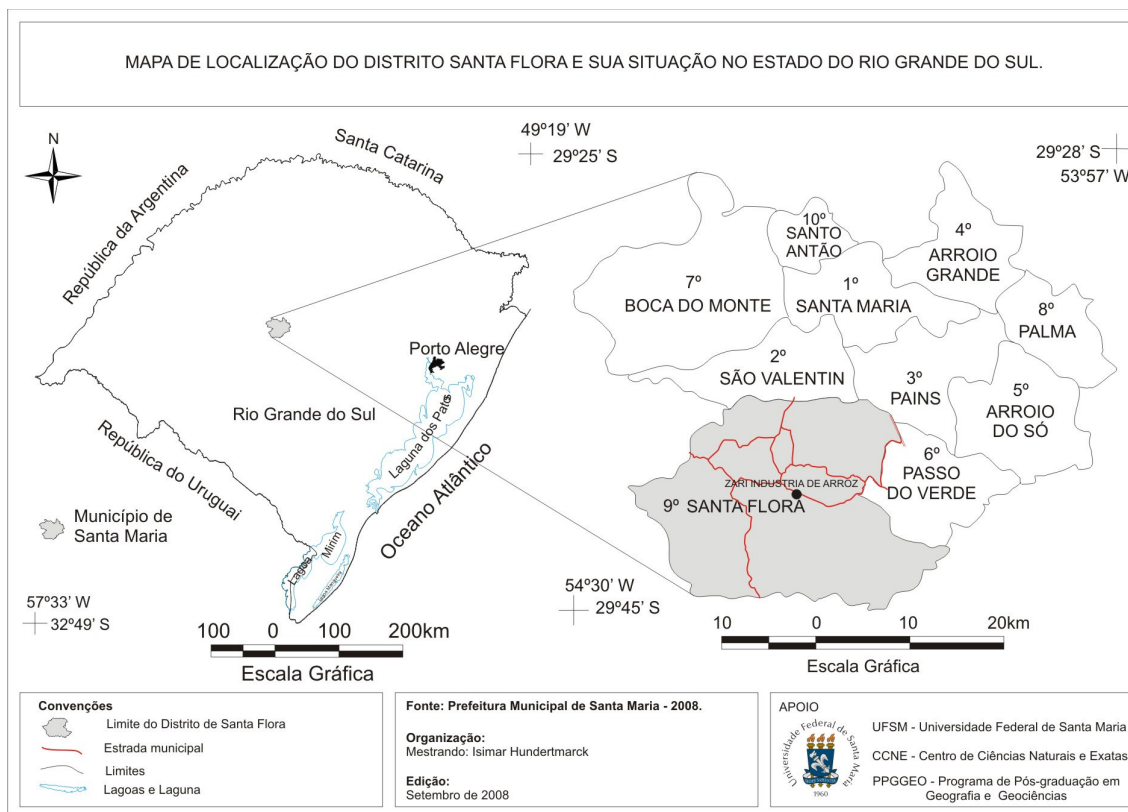


Figura 1: Mapa de localização do Distrito Santa Flora no município de Santa Maria e sua situação no estado do Rio Grande do Sul.

O presente estudo acrescenta não somente novos conhecimentos à questão da diversidade no rural, por desvendar a variada gama de manifestações que movem suas dinâmicas sócioespaciais. Vai além, ao tratar da dinâmica do sistema sócioespacial no meio rural em seus processos, funções e formas, permitindo reconhecer que a aproximação entre o campo e a cidade não ocorre tão simplesmente como no passado. Pois novas ruralidades se constituem, sendo possível pensar na formação de capital social no meio rural, como meio de promover seu desenvolvimento independente da cidade que lhe é próxima.

Igualmente, devem-se deixar de lado as definições, para se pensar tais relações na ideia de complementaridade múltipla sustentável equilibrada: como uma via de mão dupla. Os resultados assumidos nas reflexões desta dissertação, certamente prestam serviço ao desenvolvimento de planejamento integrado participativo à gestão pública municipal.

A adoção da metodologia sistêmica deriva do propósito desejado na pesquisa, por entender a necessidade de alcançar o todo das relações nos processos e a ação das partes que se complementam em uma visão totalitária. Para tratar não apenas de responder a indagação que, certamente, exigiu envolvimento com a diversidade das atividades e a ocupação de sua população direta e indiretamente, formulou-se os objetivos que nortearam a investigação e que se dividem em: objetivo geral e objetivos específicos.

Como objetivo geral, se perseguiu a busca da determinação deste rural, como meio de alcançar a nova ruralidade em construção, decorrente de transformações advindas da dinâmica sócioespacial deste meio geográfico e de sua espacialidade em mutação, devido ao processo da globalização, em tempos de adoção de aceleração da técnica e de uso da cientificidade. Este objetivo também procurou explicar, ao menos em parte, a presença da diversidade e das múltiplas atividades pluriativas existentes na área do distrito Santa Flora, município de Santa Maria, RS, no afã de encontrar elementos acusadores da presença de capital social.

Acredita-se que este estudo auxilia na explicação do comportamento das relações que lhe são intrínsecas nas atuais relações campo-cidade ou rural-urbano, e que serve de suporte ao planejamento e à gestão pública municipal e regional, bem como às atividades de assessoria pública, voltadas para o desenvolvimento municipal integrado.

Constatando a presença de uma ordem econômica, social e ambiental, que alicerça a organização espacial pluriativa e, de certo modo, associativa, determinaram-se os subsistemas e seus indicadores apoiados na agroindústria de beneficiamento de arroz, nas relações de produção, nas relações de trabalho, no histórico com base na cultura da sociedade existente e nos valores do meio ambiente. Permitindo, deste modo, estabelecer as potencialidades, a integração e a influência na construção da ruralidade do distrito Santa Flora. Além destes, destacam-se igualmente as relações de mercado e circulação.

Tudo isso se constituiu nos fundamentos para se eleger os objetivos específicos, que tratam de:

- determinar as relações de produção, envolvendo população, atividades e agroindústria, para reconhecer as dinâmicas atuantes e as formas de interação;

- caracterizar os papéis e analisar a contribuição da agroindústria na diversificação das atividades que têm promovido o crescimento socioeconômico local da população no meio rural, a complementaridade e a solidariedade existente;
- dimensionar a área de influência da agroindústria no contexto local, regional e nacional, pois estes podem explicar sua potencialidade e liderança local, bem como sua importância na composição das atividades pluriativas e na formação do capital social.

A organização da investigação do sistema na pesquisa priorizou como fontes de informação as consultas e a sistematização dos dados censitários do FIBGE e FEE e EMATER e o trabalho de campo, fundamental não apenas para o reconhecimento da área de estudo, mas, principalmente, para estabelecer o contato entre o estudioso e sua área em estudo. Pois é na convivência com o objeto que ocorre a sua apreensão, que ele se revela, permitindo seu reconhecimento.

O presente estudo está constituído por três capítulos, sendo que o primeiro capítulo trata do embasamento metodológico, que se firmou na metodologia sistêmica para tratar de uma ciência que alinha a reflexão e está comprometida com as relações que tratam do homem e de seu lugar de vida, procurando o melhor e o mais justo socialmente para os indivíduos como para o meio ambiente. Sem se descuidar de que o espaço é vida e sobrevida para todos os seres vivos.

Neste capítulo, são distribuídos os elementos inerentes à metodologia e determinada as suas partes que serão abordadas no estudo proposto.

No segundo capítulo, discutidas a conceituação e as terminologias que irão se apresentar no transcorrer do trabalho. São apresentados termos como ruralidade e meio rural, bem como pluriatividade, como elementos novos que se incorporam às dinâmicas dos espaços rurais, acelerando suas relações e processos inerentes, em busca do tão almejado desenvolvimento rural.

No terceiro capítulo, é tratada a diversidade do meio rural como caminho para a construção da ruralidade. São feitas colocações neste capítulo, bem como é apresentado o estudo realizado em uma espacialidade rural, distrito Santa Flora, do município de Santa Maria, RS.

Finalmente, são tecidas considerações a respeito da abordagem desenvolvida, à luz dos elementos responsáveis pela aceleração e diversificação, que movimentam as relações de produção e de reprodução, no contexto empírico enfocado.

1. EMBASAMENTO METODOLOGICO

A Ciência viveu até a modernidade sob o paradigma da simplificação e a geografia não poderia seguir diferente caminho. O paradigma da simplificação, caracterizado por um princípio de generalidade, de redução e de separação, que comandava a inteligibilidade própria do conhecimento científico clássico, hoje não se sustenta mais. O desenvolvimento dos conhecimentos científicos põe em crise a cientificidade que suscitara esse desenvolvimento. As reflexões e análises que se realizam, no campo das ciências naturais e humanas, indicam outros caminhos que vão em direção a um outro paradigma, o da complexidade. (MORIN, 2007)

Especialmente após a metade do século XX, percebe-se um mundo onde problemas de origem natural e, principalmente, os de cunho social, são gerados em escala crescente e a problemática que se instala tem caráter complexo, não podendo ser eliminado aqui ou ali algum elemento, sem o devido conhecimento do conjunto onde se insere. Morin (2007, p. 334), ardoroso defensor do paradigma da complexidade, é da opinião de que “o pesquisador deve considerar a complexidade da questão estudada”. Deste modo, surgem preocupações quanto à capacidade de se refletir sobre questões complexas, sem que haja perda de seus elementos, e atingir as respostas desejadas em busca de soluções.

Nessa linha de reflexão, se recorre a Guidugli (1980), entendendo que os problemas de cunho social referentes às populações marginalizadas exigem tomada de posição imediata quanto e se deve encontrar uma ação simultânea, com responsabilidade. A seguir, o autor se manifesta que “todo conhecimento gerado deve ser uma constante na reflexão daqueles que necessitam oferecer respostas válidas aos vários problemas que a sociedade humana enfrenta”. (GUIDUGLI,1980, p.1)

Nesta linha de reflexão e concordante com o autor a Geografia deve ser vista como uma ciência comprometida, com empreendimento, que tenha como objetivo ajudar a tornar melhor e mais justo socialmente o espaço em que o homem vive e dele sobrevive. Assim, a investigação em Geografia, na ideia de Morin (2007, p.334), deve: “[...] distinguir e fazer comunicar em vez de isolar e de separar, reconhecer os traços singulares, originais, históricos do fenômeno em vez de ligá-los pura e

simplesmente a determinações ou leis gerais [...]” Em verdade, Morin, incita o investigador a ter um posicionamento holístico em seu estudo.

Desse modo, o comportamento deve ser capaz de apreender a totalidade da espacialidade e nela intervir utilizando duas ferramentas metodológicas de análise: a sistêmica, oriunda da teoria geral dos sistemas, e a dialética, procedente das necessidades de se questionar o objeto em sua totalidade e em suas partes simultaneamente, como único e capaz procedimento para revelar o todo em si mesmo. (MORIN, 1977)

Neste enfoque, a pesquisa acadêmica, bem como a sua aplicação no planejamento, não deve acontecer a partir de um contexto limitado. Os estudos devem apreender suas historicidades, suas efetivas origens e suas repercussões. De acordo com estes procedimentos, poder-se-á dizer, efetivamente, para que a Geografia serve.

A compreensão deste viés acadêmico e aplicável da investigação é que torna a Geografia efetivamente uma ciência social, enquanto se dirigir e estiver a serviço da melhoria de condições e colaborar para elevar o ser humano. Assim, a ciência, de fato, cumpre sua função, a de estar a serviço da sociedade. A pesquisa, por sua vez, estará desempenhando papel fundamental. Isto se torna maior quando a investigação se utiliza de procedimentos adequados e permite a melhoria do conhecimento, não apenas quantitativa, mas qualitativamente.

Concordante com essas ideias, este estudo teve como preocupação buscar e utilizar a metodologia mais adequada possível e encontrou, nas bases do método sistêmico, as condições necessárias à compreensão deste objeto, que se apresenta composto por partes que o contém e que nele se revelam, como bem coloca Morin (1977) em seu Método. Destaca-se que um estudo sistêmico permite estudar as partes em seu todo, ora dissociadas para facilitar seu entendimento, ora em interação, para revelar suas relações. Entretanto, não se traduz em um método eficiente em determinadas situações, nas quais o grau de complexidade sombreia o entendimento.

Como um segundo procedimento, deve-se recorrer à análise dialética. Ela permite ver a contradição, a variação da quantidade de elementos, bem como constatar a evolução das formas, devido à fusão de antigas estruturas e processos com a entrada de novas estruturas e de novos processos que, sem desaparecer, fazem parte das novas dinâmicas, que impulsionam as relações que determinam o

sistema e/ou o contaminam em seu todo ou em parte, atingindo seus subsistemas. (MIORIN, 1988).

Para Bezerra (2005), baseado em Carl Marx, o conceito de método distingue-se radicalmente da concepção que o considera como um conjunto de procedimentos ou passos selecionados pelo investigador para buscar a confirmação ou negação das hipóteses que traz consigo. O método seria entendido como um instrumento de mediação entre o homem e o objeto desconhecido, como parte do real a ser investigado.

Para Henrique (2002), referir-se à escolha do método, especialmente na Geografia, é sempre uma questão árdua, mas indispensável ao avanço dos estudos, buscou-se apoio nas palavras de Yves Lacoste, (1973, p.243) que adverte escrevendo: "... a maior parte dos geógrafos teoriza o menos possível e se satisfaz afirmando sem nenhum pudor, que 'a geografia é uma ciência sintética' (...)." Este autor também adverte que: "... muitos geógrafos não escondem seu desprezo pelas 'considerações abstratas' e fazem disto um mérito e declaram sua predileção pelo concreto". Não desejando discordar do autor, é lembrado que a presença de estudos no campo da geografia aplicada tem sido ampla ao longo de seu desenvolvimento, pelo fato de ser a geografia uma ciência complexa, que lida com a espacialidade de vida do homem e, portanto, em constante transformação.

Também não se deve ignorar que os geógrafos do passado como os do presente se alimentam deste conhecimento concreto, para desenvolver reflexões e formular novas definições e, assim, emitir abstrações e conceitos necessários ao entendimento e à compreensão a respeito das dinâmicas espaciais, e que se impõem a espacialidade geográfica.

Nessa linha de reflexão, tem-se o pensamento de Henrique (2002), lembrando que a qualidade metódica 'crítica' está na forma de conceber e ler o mundo. Assim, é de maneira forma 'crítica' que o sujeito/indivíduo vai inteirar-se no mundo, receber a realidade e revelar-se nela de diferentes modos, de acordo com sua história, com suas circunstâncias, e com a constante interação que estabelece com o meio social.

Para completar a reflexão, o autor aconselha que o método deva ser pensando como uma escolha que se faz sobre a forma de receber e de revelar-se no mundo. Entretanto, na esfera científica e acadêmica, define-se o método a partir de determinadas categorias de análise, as quais vão produzir um sistema de

conceitos organizados segundo uma determinada lógica que no caso da postura crítica, estará ligada a uma lógica dialética.

Folquié (1978) lembra que a origem da palavra dialética envolve discurso e razão, ou seja, se refere à discussão racional que leva à compreensão. Logo, pode ser definida como a arte de demonstrar argumentos e defender teses, evidenciando os conceitos envolvidos na discussão. Quando se menciona as possibilidades de discussão, recorre-se a Althusser (1967), que insiste que a dialética está presente diante de todos. Que se pode repelir uma discussão dialética, mas é impossível ignorá-la. Afinal, segundo o autor, a dialética é a forma "lógica" de tratar o conhecimento como processo histórico, pois trata o mundo como uma totalidade em movimento.

Nesse ponto se cruzam dinâmicas distintas: uma, constituída pela espacialidade complexa em mutação constante, e outra, formada por uma lógica que privilegia a análise em movimento. Ainda que muitos autores que tratam de dialética dediquem-se ao método, como é o caso de Folquié (1978), que vê a dialética como sendo a estrutura de pensamento e o método como o mecanismo que permite apreender a realidade mutante, vista como fundamentalmente contraditória e em constante transformação. Contudo, o interesse neste trabalho refere-se a seu procedimento de análise.

Em Lefebvre (1975, p.20), a análise dialética é um caminho para a compreensão do real. O autor indaga: "O que é esse método?" E responde argumentando que: "É a consciência da forma, do movimento interno do conteúdo. É próprio conteúdo, o movimento dialético que ele contém em si, que o impele para frente, incluído na forma". Para o autor, a análise dialética privilegia as lógicas. Se refere a ela como a possibilidade de o pesquisador penetrar nas aparências e explicar e refletir sobre os fenômenos de maneira mais profunda.

Para Bezerra (2005), analisando a obra de Folquié (1978), a tradição dialética pode ser dividida em dois momentos: (1) a que vem dos antigos gregos até Hegel e que é concebida como lógica baseada no princípio da contradição; (2) a partir de Hegel, em que o contraditório passa a ser a norma do pensamento e das coisas, permitindo o entendimento complexo da totalidade e a organização do espaço. Este segundo momento vai se diferenciar com Carls Marx e Frederich Engels.

Bezerra (2005), baseado em Folquié (1978) e em Marx e Engels (1986), destacam certos princípios da dialética do uso desta análise:

- i) Existe interdependência ativa entre as partes do real.
- ii) Tudo está em transformação permanente. Matéria e pensamento em repouso significam fim da vida.
- iii) O movimento cria o novo, implicando mudanças qualitativas e não apenas quantitativas.
- iv) O real é intrinsecamente contraditório, garantindo o movimento da vida.
- v) Pelo caráter contraditório da história, as verdades são provisórias.

Neste sentido, Bezerra (2005, p.18) complementa que: “A dialética marxista se contrapõe às epistemologias metafísicas, à medida que estas colocam a essência como algo imutável, num descolamento entre idéia e matéria, em que a mudança das coisas torna-se um fenômeno superficial de algo mais denso e invariável”. Acredita-se que esta argumentação deve ser mais bem analisada por, aparentemente, fazer confusão entre epistemologias, isto é, tratar de modo geral, sem observar suas partes e suas espacialidades.

Assim Konder (1997) argumenta que esse tipo de pensamento é dominante na história, porque corresponde aos interesses das elites e classes dominantes, sempre preocupadas em dar sentido universal e absoluto a seus valores e instituições, que comandam a vida em sociedade, impossibilitando a busca de mudanças conjunturais profundas. De acordo com o autor, se a essência é absoluta e os valores e o modo de organização social a expressam de forma completa, a sociedade não pode ser transformada, apenas ajustada e aprimorada. E, isto não corresponde à realidade vivenciada.

Konder (1997) relata que todo objeto de estudo é parte de um todo. Assim, a busca de soluções para os problemas depende de uma visão de conjunto (sistema), sempre provisória, e que não esgota a realidade, mas é decisiva para que se possa situar e avaliar a dimensão de cada elemento dentro de uma estrutura significativa.

Deste modo, a pesquisa adotará um enfoque sistêmico para alcançar a realidade em suas relações inerentes a suas partes constituintes, o sistema em estudo. Neste sentido, Ackoff (1959, apud Bertalanffy, 1975, p.25) salienta que: “A tendência ao estudar os sistemas como uma entidade e não como um aglomerado de partes está de acordo com a tendência da ciência contemporânea que não isola

mais os fenômenos em contextos estreitamente confinados, mas abre-se ao exame das interações e investiga setores da natureza cada vez.”

Bertalanffy (1975, p.53) ressalta, também, que para a pesquisa adotar uma visão sistêmica é de fundamental importância: “...estudar não somente partes e processos isoladamente, mas também resolver os decisivos problemas encontrados na organização e na ordem que os unifica, resultante da interação dinâmica das partes, tornando o comportamento das partes diferente quando estudado isoladamente e quando tratado no todo.”

Neste mesmo enfoque, Morin (1977, p.100) define o sistema como uma “unidade global organizada de inter-relações entre elementos, ações ou indivíduos”. Portanto, os elementos que compõe um sistema formam uma complexidade organizada e, com isso, não devem ser analisados de forma isolada.

Aplicado ao estudo do distrito Santa Flora, a análise sistêmica possibilita que se penetre nesta espacialidade de relações, que são inerentes ao meio rural através de seus subsistemas e de seus indicadores que, *de per si*, revelam ações, relações e interações contidas no sistema.

Utilizando-se do procedimento metodológico técnico e aplicando-o no sistema, foi possível reconhecer os subsistemas e seus indicadores que estabelecem, em sua dinâmica, a estrutura e os processos do sistema espacial e são responsáveis pela determinação das funções e das formas, conforme o curso da dinâmica a que se submete a espacialidade em questão. Estes subsistemas são determinados pela existência: (a) de uma agroindústria de processamento do arroz que, em sua interação com a sociedade local e regional, altera o meio ambiente e as relações com os grupos sociais em suas diversas atividades de caráter local e regional; (b) de inúmeras atividades agrícolas e não-agrícolas, exercidas pelos funcionários da agroindústria; (c) e das atividades de produção e de reprodução promovidas pelas propriedades rurais do distrito Santa Flora.

Os subsistemas tornam-se alvo de investigação e de análise segundo os indicadores componentes e inerentes às suas ações, relações e interações estabelecidas no interior do sistema e advindas de seus subsistemas. Os indicadores contidos nos subsistemas foram agrupados em econômicos (produção, oferta, demandas, transporte, marketing, renda); sociais (infraestrutura, trabalho, capacitação técnica, reprodução social, gestão); cultural (formação histórica, a

formação da propriedade, herança técnica); ambiental (ambiência física, recursos naturais, paisagem).

O modelo idealizado para a análise do sistema e de seus subsistemas, definidos por seus indicadores constituintes e existentes no referencial empírico, foi idealizado para esclarecer o entendimento do processo de investigação e auxiliar nas análises posteriores sobre as relações que permeiam o sistema em sua totalidade e que revelam o meio rural em estudo. Também permite alcançar os objetivos propostos no estudo sobre a diversidade das atividades existentes no meio rural, conduzida por sua população e integrada à forma (paisagem) que esta ruralidade assume no momento. (Figura 2).

O Organograma exhibe os subsistemas e os indicadores inerentes a cada um *de per si*; porém, permite também que eles se façam presentes em outro subsistema considerando sua atuação no sistema maior, pois os subsistemas se ligam por meio do Sistema.

Essa distribuição se fez necessária para demonstrar o procedimento seguido e como foi utilizado, para que fosse possível captar as dinâmicas que determinam os períodos em seus diferentes estágios de produção, principalmente após o processo de modernização da agricultura brasileira.

A estrutura espacial do distrito é que define a composição das relações internas da espacialidade (econômico, social, cultural e ambiental) e suas relações e interações internas e externas, que compõem o meio rural. De um lado, ela concorreu para explicar o nível de independência do meio rural e as condições desta ruralidade, conhecer e medir as relações entre campo e cidade. Por outro lado, possibilitou revelar a ruralidade e seus caracteres, bem como observar entraves e possibilidades para a formação de capital social no meio rural, como meio promotor de capital social e até mesmo de desenvolvimento local.

O processo de relações sociais existente no interior do sistema espacial, até então entendido como de ação contínua, pois modificando um o outro se alteraria, se adaptaria e atuaria sobre modificações nos elementos e nas relações do sistema espacial, revela-se independente.

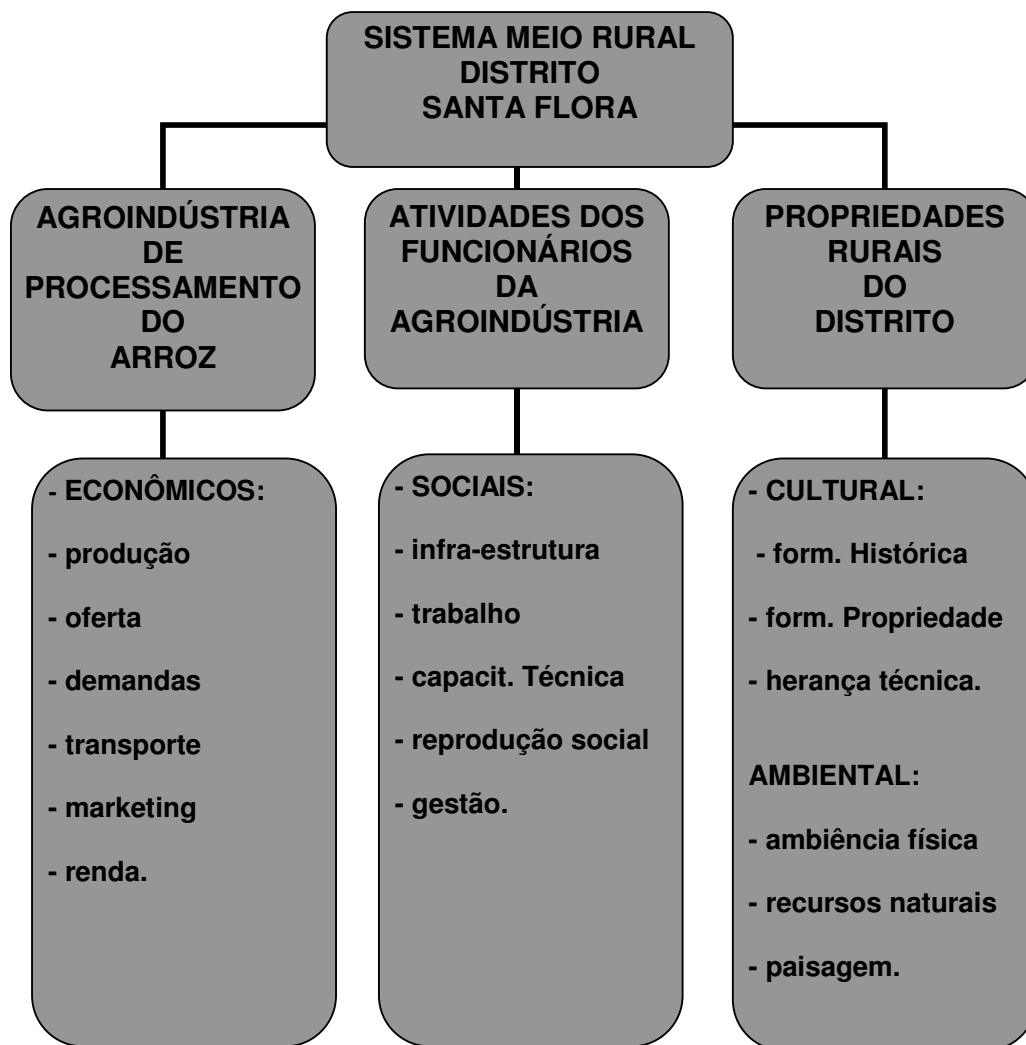


Figura 2: Organograma síntese dos subsistemas e indicadores do modelo sistêmico de análise.

Org: HUNDERTMARCK, Isimar Stefenon, 2008.

Os estudos entendidos junto ou separadamente das relações espaciais, como coloca Rodrigues (1999, p.49-50) “O estudo do processo espacial, corresponde a uma categoria de análise que objetiva investigar a evolução da estrutura que se metamorfoseia no seu todo e em partes”, hoje não seguem mais esta dinâmica, uma vez que ela foi alterada pela lógica da demanda dos mercados globalizados e que são considerados no tratamento metodológico.

No entender de Santos (1996), ao adotar uma visão sistêmica, devemos considerar o espaço como um conjunto indissociável e, deste modo, formado por

elementos que apresentam uma relação de interdependência. Contrariando o autor, que afirma que este espaço é cada vez mais artificializado, sempre que um dos seus elementos é alterado, todo equilíbrio é rompido e que todo sistema tende a se modificar. Considera-se que, dependendo da dimensão do sistema, nem todo o equilíbrio fica comprometido, mas apenas alguma de suas partes ou algum de seus subsistemas. Evidentemente que as relações envolvendo diretamente os subsistemas afetados se alterarão e, então, nestes pontos, o equilíbrio é rompido.

Considerando a questão atual, da influência dos mercados nas relações no meio rural e deste com a cidade, vê-se que as grandes demandas de produtos por mercados situados, tanto perto como distantes dos espaços da produção, nem sempre rompem de forma geral o equilíbrio, outrora existente nestes espaços.

Também deve-se fazer referência aos elementos que integram o sistema espacial propostos por Santos (1992, p.6): os homens, as firmas, as instituições, o meio ecológico e a infraestrutura.

Na atividade agropecuária, o homem representa a população residente, os produtores e também os responsáveis pelo funcionamento do sistema.

As empresas, segundo Santos (1992, p.6) “têm como função essencial a produção de bens, serviços e idéias.” No que se refere à atividade agropecuária, as firmas são representadas pelas empresas de transporte, agroindústrias, indústrias para agricultura, atividade comercial, bem como por empresas de propaganda.

No entender de Santos (1992:6), as instituições produzem normas, ordens e se legitimam. É delas que emanam as ações impostas pela força da economia em um determinado período e a serviço do Estado. Salienta, também, que em certos momentos, o Estado pode produzir bens e serviços, assumindo o lugar das empresas.

Outro elemento de grande importância para a concepção do meio rural no contexto da espacialidade geográfica é a infraestrutura. Esta deve ser definida como elemento básico vital para a produção, o rural agrícola, pois trata da produção, recepção e escoamento do produto final.

O meio ecológico, em Santos (1992, p.8), não deve ser confundido como natureza selvagem, pois já se apresenta como meio modificado e cada vez mais técnico. Nesse sentido, Lemos (1996, p.11) diz que “... as discussões a esse respeito trazem uma evidência: o meio ambiente é social e se deve, a partir da geografia, repensá-lo”.

Para garantir alguma aproximação da realidade desta complexidade, foram determinados os procedimentos a serem utilizados na investigação.

1.1 Procedimentos metodológicos, técnicas e importância da investigação.

1.1.1 Procedimentos metodológicos

Quanto ao procedimento a ser aplicado no estudo dos subsistemas e de seus elementos, como referido anteriormente, se reconhece dois momentos:

Primeiramente tem-se as consultas sistematizadas pelos dados censitários do FIBGE, FEE e EMATER, a respeito dos subsistemas selecionados para o estudo. Em um segundo momento, priorizou-se o trabalho de campo, a partir da construção de instrumentos de coleta direta semi-controlada de informações e usando-se a técnica de entrevistas realizadas com diferentes categorias de informantes, no distrito Santa Flora, de acordo com os Apêndices A, B, C e D.

No Apêndice A, o instrumento de coleta de informações, contendo 27 indagações foi dirigido aos produtores rurais considerando os mais antigos do local, distrito Santa Flora, Santa Maria, RS. As informações versaram sobre a história do povoamento, a origem dos primeiros povoadores, as primeiras atividades de produção, seu destino, a mão-de-obra ocupada, o sistema de produção, as condições de reprodução socioeconômica, entre outras indagações pertinentes à formação do histórico do local e às origens sócio-culturais. Também se indagou de suas percepções a respeito do futuro do Distrito. (ver Apêndice A).

No Apêndice B, o instrumento de coleta de informações, contendo também 27 indagações, foi dirigido aos produtores rurais em geral do distrito Santa Flora, Santa Maria, RS, obedecendo a uma lógica de coleta controlada sobre a espacialidade, de acordo com a distribuição das propriedades rurais, a acessibilidade das estradas, a presença das propriedades conforme suas particularidades, de maneira que se obtivesse ampla visibilidade da espacialidade rural. As informações atendiam a determinados indicadores como: propriedades e atividades, mão-de-obra, destino da produção, infra-estrutura e técnicas de produção, financiamento da produção e futuro da propriedade. (ver Apêndice B).

No Apêndice C, o instrumento de coleta de informações, contendo 10 indagações, foi dirigido aos funcionários da agroindústria de arroz situada no distrito Santa Flora, município de Santa Maria, RS, obedecendo ao questionamento sobre tempo de trabalho, residência, herança cultural rural, atividades desenvolvidas, trabalho, condições sociais e econômicas, qualidade de vida, família e futuro no local. (ver Apêndice C).

No Apêndice D, o instrumento de coleta priorizou o levantamento das informações a respeito da Agroindústria de arroz, através de entrevistas com os proprietários e dirigentes. As indagações versaram sobre origem, importância da agroindústria de arroz, trabalhadores, características socioeconômicas da empresa, potencial industrial, origem e destino da produção, centros de comercialização, investimentos e futuro industrial. Estas informações foram consideradas necessárias à organização dos indicadores de análise a respeito dos subsistemas. (ver Apêndice D).

Em sequência, é apresentado o organograma estrutural das etapas que abrangem todos os procedimentos metodológicos e técnicos que nortearam a investigação e as análises do meio rural em estudo. (Figura 3)

1.1.2 Técnicas utilizadas

De modo geral as entrevistas foram dirigidas a população; aos produtores rurais agrícolas e aos produtores não-agrícolas; aos empregados do meio rural, aos empresários da agroindústria e seus funcionários; aos moradores do meio rural e empregados ou não; e àqueles que exercem outras atividades e aos que não exercem nenhuma atividade, os aposentados.

Igualmente se fez uso de instrumentos auxiliares, como: cartas topográficas de localização, organizadas pela 3ª Divisão de Levantamento do Exército Brasileiro, mapas rodoviários do município de Santa Maria e do Estado do Rio Grande do Sul, máquina fotográfica digital, computador portátil, guias informantes do Distrito.

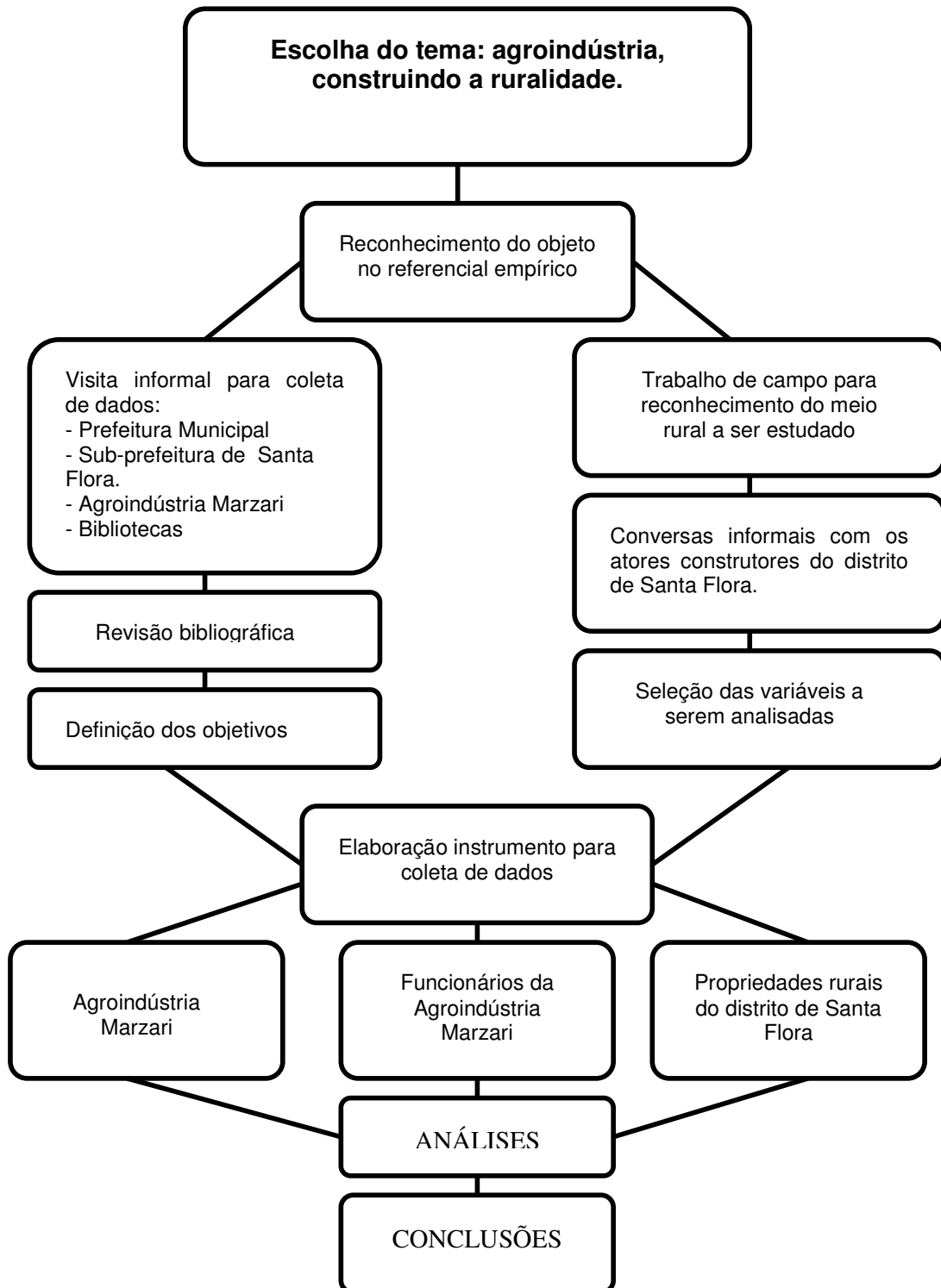


Figura 3: Organograma estrutural das etapas do procedimento metodológico.
Org: HUNDERTMARCK, Isimar Stefenon, 2008.

1.1.3 A importância da investigação

A partir das informações e do conhecimento das atividades produtivas de Santa Flora, procurou-se conhecer a formação e a evolução histórica-econômica do lugar, verificando as potencialidades e a organização socioeconômica.

A partir do perfil socioeconômico do lugar, população e atividades pluriativas, procurou-se prognosticar cenários futuros. A possibilidade de visualizar possíveis transformações vem sendo de relevância para os municípios, pois, na medida em que há a antecipação de tendências das atividades agrárias, é possível gerenciar as relações entre campo e cidade, no que se refere ao comércio, serviços e políticas públicas, auxiliando os projetos da administração municipal, e antecipar ações para se adaptar às futuras e novas realidades. Tais possibilidades se determinam como condicionantes essenciais para o progresso socioeconômico local e regional.

1.2 O local como referencial empírico

O distrito Santa Flora foi criado em 1961, com o nome de Colônia Vacacai a partir do desmembramento de terras de Arroio do Só e Dilermando de Aguiar. Em 27 de Julho de 1962, a Colônia do Vacacaí passou a se chamar Distrito Santa Flora. A vila recebeu este nome por possuir uma Igreja em Louvor á Santa Flora, em sua sede distrital. O Distrito possui uma área de 494 km², constituindo-se no maior distrito de Santa Maria em extensão territorial. Quanto à localização, dista 36 km do distrito Sede do município de Santa Maria. A situação geográfica indica que este município se situa na Microrregião Geográfica de Santa Maria. (Tabela 1)

De acordo com a tabela, o distrito Santa Flora se destaca por sua dimensão, por apresentar a maior área entre os distritos do Município. Porém, o percentual de população, em relação ao total municipal, o coloca em sexta posição entre os demais. Destaca-se que o Distrito apresenta a menor densidade populacional (2,11 hab/km²) e possui 0,39 % da população real do Município. Trata-se de um Distrito que contém a maior área, mas detém pouca população.

Tabela 1 – Divisão distrital componente do município de Santa Maria, RS, 2007.

Distritos	População (hab.)	Área (Km²)	Densid./Popul (km²)	Popul. (%)
1. Sede	255 528	121	2111,80	94,68
2. São Valentin	483	129	3,74	0,18
3. Pains	3 375	143	23,62	1,25
4. Arroio Grande	2.829	147	19,24	1,05
5. Arroio do Só	1 080	155	6,96	0,40
6. Passo do Verde	491	134	3,66	0,18
7. Boca do Monte	3 541	289	12,25	1,31
8. Palma	908	88	10,31	0,33
9. Santa Flora	1 043	494	2,11	0,39
10. Santo Antônio	615	74	8,31	0,23
TOTAL	269.893	1.774	152,13	100.00

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Rural, 2007.
Org. HUNDERTMARCK, Isimar, 2007

Na atualidade, os recursos humanos, que configuram a organização do espaço de Santa Maria, apresentam distinções, de acordo com sua localização distrital. Destaca-se que esse município teve fases de inserção populacional distintas, pois elas obedeciam à chegada das etnias diversificadas, que emigravam para o Brasil, mais especificamente, para o sul. Estas imigrações apresentavam distintas ações em relação meio natural, mas sempre guiadas por crenças e valores consoantes a sua cultura de origem. Essa situação provocou distintas e intrínsecas particularidades no contexto regional, pois Santa Maria situa-se em uma área de transição entre as regiões de povoamento português e espanhol e de colonização italiana e alemã.

Os moradores antigos do distrito são imigrantes italianos, que foram atraídos para Santa Flora devido à configuração topográfica do local constituída por planícies, cuja monotonia é quebrada por suaves coxilhas. Hoje, mais de 90% da população do distrito é de origem italiana ou tem algum antepassado proveniente da Itália. Os demais, igualmente descendentes de imigrantes italianos, vieram de outros municípios que possuíam colônias de imigração italiana, como: Mata, Jaguari

e integrantes de municípios que constituem a Quarta Colônia de Imigração Italiana¹. Os produtos oriundos das atividades coloniais eram vendidos na vila do Distrito. (Fotografia 1).



Fotografia 1: Uma família de descendentes de italianos no distrito Santa Flora, 1957.

Fonte: Arquivo da Agroindústria processadora de arroz da família Marzari, 2008.

Dessa maneira, decorrem os reflexos na organização dos distritos e na principal atividade econômica desenvolvida nos mesmos, bem como na distribuição populacional, pois as áreas com influência do processo colonizador tendem à maior concentração da população, principalmente em virtude da proximidade das pequenas propriedades e da existência de mão-de-obra familiar.

Pode-se dizer que o distrito Santa Flora apresenta grande potencial de desenvolvimento econômico e social, em decorrência da agropecuária, que torna a área em estudo celeiro do município de Santa Maria. Neste sentido, salienta-se que as características e potencialidades dos aspectos físicos subsidiam a compreensão organizacional do espaço. Deste modo, são os aspectos naturais que direcionam as principais atividades econômicas desenvolvidas, principalmente a agropecuária, que

¹ Os municípios acima citados pertencem ao Rebordo do Planalto, que apresenta topografia mais íngreme dificultando a atividade agrícola. Nestes Municípios, observa-se o domínio da pequena propriedade, dificultando a expansão da atividade produtiva.

permite o estabelecimento de relações diretas entre sociedade e natureza determinadas pelas atividades humanas e os recursos naturais, contidos no meio ambiente.

O distrito Santa Flora possui características naturais peculiares, que permitiram o surgimento e o desenvolvimento da produção e da reprodução social e econômica derivada de sua situação geográfica e da dinâmica dos fluxos populacionais em busca de sobrevivência e realização.

Nesse contexto, entende-se que o distrito Santa Flora, por se localizar na província geomorfológica da Depressão Central, tendo a sudeste a província do Escudo Sul-rio-grandense, apresenta uma topografia suavemente ondulada, determinada por coxilhas (colinas côncavo-convexas) e planícies aluviais. Estas têm seus sedimentos oriundos do Planalto Basáltico Mesozóico, também denominado de Planalto Sul-rio-grandense, situado a norte.

De acordo com (RAMBO, 2000), a Depressão Central faz parte de uma província geomorfológica maior, a Depressão Periférica da Bacia do Paraná, que possui sua gênese atrelada à ocorrência de acumulação sedimentar no interior do *cráton*. Esta bacia é constituída por rochas sedimentares e ocupa uma extensa área, incluindo o distrito Santa Flora. Essa porção do espaço é caracterizada por ser uma região de terras baixas.

A Depressão Central pode ser definida como uma área plana interplanáltica, onde os agentes erosivos atuaram em rochas paleozóicas, Triássicas e Jurássicas da Bacia do Paraná. (RADAM BRASIL, 1986)

Do mesmo modo, em decorrência dessa área não ter sido recoberta pelo derrames basálticos, indica a presença de um tipo de expansão hidrográfica, com um lago anterior resultante da antiga regressão do mar intracontinental. Os patamares inferiores, as coxilhas, as *cuestas* e os morros testemunhos indicam o recuo do planalto, igualmente por processos erosivos. (VIEIRA, 1984).

Salienta-se que no distrito predominam as coxilhas da Depressão Central, com relevo suavemente ondulado, cujas cotas altimétricas são inferiores a do Rebordo do Planalto. A Depressão Periférica da Bacia do Paraná é caracterizada como sendo uma calha, favorecendo a prática agrícola nesta porção do espaço, hoje gaúcho. A abundância do recurso hídrico contribui para o desenvolvimento da atividade agrícola relacionada, principalmente, à cultura do arroz.

O Distrito Santa Flora está inserido na Bacia Hidrográfica que se dirige para o Oceano Atlântico, composta por nove bacias hidrográficas que banham 32% do território do Rio Grande do Sul. Os cursos de água que drenam o distrito Santa Flora pertencem à bacia hidrográfica do rio Vacacai que, por sua vez faz parte da bacia do rio Jacui. Destaca-se que os principais cursos que drenam o Distrito são: Rio Vacacai, Arroio do Arenal, Arroio Sarandi, Arroio Caranguejo, Arroio da Lavagem, Arroio dos Corvos, Sanga Laranjeira e Sanga Ramada. (SEMA, 2005)

De acordo com VIEIRO (2003), entre os principais usos dos recursos hídricos da área em estudo está o abastecimento agroindustrial, humano, animal. Na irrigação, destacam-se os hortigranjeiros e, principalmente, a cultura do arroz.

Observa-se que as áreas de topografia plana possibilitam o desenvolvimento da pecuária, que está presente em todas as classes de tamanho e de ocupação da terra. Associadas à bovinocultura das propriedades, destacam-se culturas de subsistência, como feijão, cebola, milho, mandioca e batata, ressaltando que a soja e o arroz aparecem como culturas comerciais. Observa-se que a área de soja plantada é superior à área ocupada com arroz, por representar maior valor de mercado. Observa-se, na paisagem, a distribuição das culturas principais. Enquanto a soja ocupa áreas de coxilhas, o arroz ocupa áreas de várzea.

Esse contexto permite afirmar que foi a partir da chegada da colonização italiana que se desenvolveu a agricultura sobre as áreas que compõem a Depressão Central, e que hoje, constituem as espacialidades de seus municípios. Portanto, os extensos campos favoreceram o desenvolvimento dos rebanhos bovinos, fazendo da agropecuária a principal atividade econômica do município de Santa Maria e de seus distritos, com destaque o de Santa Flora.

No início, a atividade básica da região se constituía pela criação de gado. Com a chegada da colonização italiana houve o desenvolvimento da agricultura em pequenas propriedades, que se caracterizou por ocupar a força de trabalho familiar, resultando na denominação de “agricultura familiar”.

Nas áreas em que as famílias de imigrantes italianos adquiriram terras e se fixaram, surgiram as colônias Pena, Grapia, Favorita, Rodrigues e Pinheiros, que construíram a Colônia do Vacacai, hoje Distrito Santa Flora.

Na evolução histórica do município e do próprio distrito Santa Flora, já existiam lado a lado as propriedades que ocupavam significativas extensões de áreas, destinadas ao criatório extensivo, bovinos, ovinos e eqüinos, e as pequenas

propriedades de origem colonial policultura, onde se destacavam as atividades agrícolas ao lado de um criatório constituído por poucas cabeças de gado, destinado ao suprimento alimentar (leite, carne, ovos) e a força de trabalho animal complementar, constituída pelas juntas de bois; de montaria e trabalho.

A posição geográfica do município de Santa Maria, ocupando o centro do Estado, indica o alcance das áreas longe do litoral realizado pelos imigrantes em seu história do povoamento. De um lado, onde se instalaram grandes propriedades pastoris, bem como de colonização (pequenas propriedades), das quais se destaca a Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul, como sendo uma região agrícola próxima, fizeram com que o município em análise apresentasse algumas particularidades no que se refere a sua organização espacial, tanto no rural quanto no urbano. Desse modo, tem-se, no distrito Santa Flora, o reflexo da evolução histórica da estrutura produtiva regional.

2 REVISÃO TEÓRICO CONCEITUAL

O complexo conjunto dos novos processos sociais e econômicos, determinados pela globalização, se associa às relações das atividades econômicas de produção e definem os agentes e os instrumentos de mudanças nas estruturas e nas relações da produção. Os novos processos estabelecem novos tipos de atividades de produção, de circulação e, até mesmo, de mercados, além de intervir nas relações socioculturais da produção. Portanto, tais processos atuam na transformação do sistema das espacialidades onde estão instalados.

Em decorrência destas articulações, se observa a existência de um período de incertezas e riscos, talvez sem precedentes, pois se encaminham propostas de mudanças articuladas com a alta eficiência produtiva. Muitas vezes, o social e o ambiental são subestimados pela eficiência dos mercados. As cidades têm o seu valor e sua valorização decorrente da eficiência de seus mercados e do volume de sua demanda de consumo.

Neste quadro de novas valorizações e de mudanças rápidas, profundas e inéditas, as articulações entre o rural e o urbano, embora apoiadas na visão do planejamento integrado, por vezes, parece desvinculada de seu entorno. Assume projeção própria estabelecendo, buscando a eficiência dos mercados, e ultrapassa a sua cidade centro de mercado e estabelece relações com mercados eficientes, porém mais distantes.

Na atual conjuntura se discutem termos como: ruralidade, desenvolvimento rural, desenvolvimento local, além de sustentabilidade social e equilíbrio sócioambiental. Isto ocorre em um momento em que o meio rural se tornou capaz de se gerenciar, ultrapassando o seu centro de mercado, ampliando suas atividades e diversificando suas relações de produção. Hoje, em muitas espacialidades, o meio rural se faz presente nos debates e nas disputas sociais em escala regional, nacional e global.

Na verdade, é o aprimoramento das articulações caseiras e de produção que é novo. Ele foi imposto pela globalização, através da modernização agrícola e, especialmente, pela extraordinária revolução tecnológica em curso no agrário, frente

à abertura de mercados novos e desejosos de mercadorias diferenciadas oriundas de regiões ainda desconhecidas, mas abertas a globalização. Tais mercadorias, confeccionadas sob novo modo de fazer e submetidas um sistema de produção diferenciado do padrão tecnológico convencional, são consideradas radicalmente diferentes. O meio rural onde estes sistemas agrícolas se localizam chama a atenção para o seu modo de vida rural, para as relações entre seus elementos e também entre os sistemas os quais se vinculam e comandam suas atividades impulsionadoras da produção, de seus elementos sociais e culturais e do próprio local.

Assim, especificamente com relação ao meio rural, muitas são as motivações para este ressurgimento. No Brasil, tem sido possível identificar algumas das razões que explicariam o surgimento de crescentes esforços sóciopolíticos de revalorização da "sociedade rural" e suas atividades produtivas, de seu modo de vida e suas características sócio-culturais, em que as organizações e propostas societárias têm encontrado campo fértil de propagação.

A globalização das relações produtivas, voltadas para mercados com acentuada demanda, se propagou nos espaços sob a forma de modernização penetrando em regiões, zonas e locais e modificando-os, interferindo em seus setores produtivos, a exemplo do agrário brasileiro como um todo, e acentuando a interdependência entre os grupos em ampla escala.

O espaço agrário e a organização da sociedade rural, embora permaneçam como parte da natureza, têm sido, nas últimas décadas, fortemente orientados externamente. As interferências desta nova ordem controlam: *o que, quando, onde e como* produzir. O controle externo sobre o tipo de produto que deve ir aos mercados interfere nas decisões que orientam o processo produtivo e nas estratégias utilizadas pelos produtores para garantir a competitividade dos seus produtos. Estas estratégias repercutem nos processos de trabalho e nas formas de controle sobre a produção, os trabalhadores e as mercadorias em circulação. E isto é particularmente verdadeiro, no caso de produtos que se destinam aos mercados internacionais (FRIEDLAND, 1994);

Na verdade, a globalização determina um processo de ajuste das empresas e dos espaços agrícolas, com o propósito de adequá-los aos novos paradigmas internacionais. Tais estratégias tendem a romper a antiga relação estabelecida entre campo e cidade, em que o campo tinha a cidade como seu centro de mercado.

Agora, este mercado de colocação da produção é preterido por outros, exigindo que suas mercadorias entrem em processo de circulação e de valorização. Deste modo, determinados espaços rurais assumem vida própria e independente de seu centro. Eles, ao assumirem as possibilidades de ganhar mercados distantes, se lançam desafiadoramente na circulação e estabelecem “pontes” para manter as relações quem ultrapassam e, muitas vezes, não tocam o seu antigo centro. Desenvolvem em atividades pluriativas e, através delas, encontram as facilidades de, agregando valor ao produto, garantir colocação em mercados distantes.

A tendência que se configura, portanto, é de crescimento do grau de concentração técnica, econômica e financeira de empresas que compõem as cadeias agroprodutivas, em seus segmentos comercial, industrial e de serviços, além do estabelecimento de novos empreendimentos (*joint-ventures*), como estratégias voltadas à atração de capital, à modernização, à complementaridade dos processos de produção e à conquista de novos mercados.

Pode-se dizer que a agroindústria de beneficiamento de arroz na área de estudo e, mais recentemente, a associação com Rede Arrozearias do Sul, proporcionaria benefícios como *marketing* compartilhado, economia de custos, melhorias nas negociações, abertura de novos mercados e troca de informações, embutindo, assim, um elemento transformador, considerado como sendo a relação de confiança entre os membros da organização.

Portanto, quando se rompe com a visão individualista do pequeno empresário, levando-o a olhar seu concorrente não mais como inimigo, mas potencial parceiro, se estabelece uma mudança nos horizontes. A visão do empreendedor, normalmente preocupado com o dia-a-dia de suas operações, se altera, fazendo com que venha a pensar estrategicamente e seja conduzido a ganhos competitivos expressivos.

O mundo mudou e a atual concepção de desenvolvimento, além das empresas, envolve tudo ao seu redor, criando novas terminologias como: cadeia produtiva, fornecedores, prestadores de serviços, Poder Público e a comunidade local e/ou regional onde a empresa está instalada.

2.1 O rural como categoria de estudo em geografia

Procura-se apresentar o rural de hoje, como um espaço que vem superando material e culturalmente sua pretérita concepção, ainda que se reconheça que esta superação não atinge a totalidade da sociedade rural, pois se trata de um processo que não está isento das contradições do sistema capitalista. A vida rural, que tinha como significado uma situação humana em que a sobrevivência só era possível com muito trabalho e o resultado deste trabalho oferecendo o necessário para viver, parece desaparecer pelo menos em locais onde os referenciais existentes permitem a situação. Portanto, não ocorre uma modificação homogênea em toda a parte, ainda que submetida minimamente às condições da contradição capitalista.

O crescimento social da produção gera novos padrões de consumo, modificando os parâmetros e distanciando estes meios rurais dos padrões mínimos tradicionalmente estabelecidos na vida rural. Neste novo meio rural que se estabelece, tem-se um ambiente social e de produção marcado pela alteração de seus referenciais, quando se comparando a antiga sociedade rural com a “moderna” sociedade rural.

Em Lefebvre (1975, p.32), se pode reconhecer alguns referenciais desta sociedade em épocas pretéritas. O autor apresenta o conjunto familiar rural como sendo rígido e sob a autoridade dos pais; a alta natalidade e mortalidade infantil; as relações de compadrio e parceria eram valorizadas, pois a sobrevivência do grupo passava pelo trabalho e apoio coletivo; a religiosidade do grupo social; o casamento era indispensável e arranjado e guardava uma faixa etária para homens e mulheres. O autor reconhece que estes referenciais foram, aos poucos, perdendo representação, indicando as transformações devido ao “progresso” da agricultura e que teria se caracterizado como responsável pela dissolução daquele meio rural que pertence ao passado.

Para o autor, a dissolução dos vínculos de consangüinidade, foi substituída pelos de territorialidade com base no princípio de residência e de vivência no local. As transformações no rural, na verdade, tem muito a ver com as ações produzidas pelo processo de urbanização, como aquelas marcadas pela proposição ou imposição de certos traços de cultura material e não-material, por exemplo, a imposição de novo ritmo de trabalho; novas relações de produção e ecológicas; uso e produção de bens manufaturados; racionalização orçamentária; distanciamento de

crenças tradicionais e individualização do trabalho e, até mesmo, a transferência de indivíduos para o meio urbano.

Procurando entender o rural hoje, a partir da visão do rural no passado, deve-se reconhecer que as características definidoras desse meio como disperso e isolado, foram cedendo lugar para a formação de uma divisão do trabalho complexa, que tende a ser tanto quanto aquela que vigora no meio urbano. A separação entre estes dois meios se dá em função das características das forças produtivas, dos meios de produção e da produção. Contudo, as relações que estas duas categorias de análise geográfica assumem no presente, como consequência e em função do crescimento da produção e da diversificação dos produtos e da tecnologia empregada na produção, faz pensar em um novo rural cada vez mais próximo dos centros de consumo.

Na atualidade, pode-se pensar na dinâmica das transformações que se operam no rural, conduzidas pela adoção de tecnologias e de sistemas produtivos derivados de conhecimento científico. Isto permite que se distancie de determinadas definições, que tratavam o rural como sinônimo de atraso. Este rural de hoje, tão racional, baseado na ciência e na técnica, não fica limitado às atividades produtivas, manifestando-se em uma nova espacialidade dinâmica, transformadora e estabelecida em modelos de intercâmbio. Santos (1999, p.242), reconhecendo a presença das dinâmicas que alteravam as relações internas do rural e repercutiam em suas relações externas, escreveu: “Cria-se, praticamente, um mundo rural sem mistérios onde cada gesto e cada resultado devem ser previsto, de modo a assegurar a maior produtividade e a maior rentabilidade possível”.

O meio rural tem se apresentado em constante dinâmica transformadora, devido à ação do modo de produção que se legitima e se expande sobre toda e qualquer espacialidade indiscriminadamente, incorpora realidades diferenciadas, por vezes as modifica e, por outras, mantém as diferenças e as aparências do que foi incorporado. Deve-se entender que tanto a categoria urbana como a rural estão submetidas ao modo de produção, sem que cada uma perca as características que lhes são inerentes. Incorpora-se o rural, como também é incorporado o urbano, pois, na verdade, o modo de produção apropria-se de suas peculiaridades, ajustando-as a seus fins desejados.

O reconhecimento da ação do modo de produção é fundamental para o entendimento da aceleração dos processos e da entrada de novos processos

revestidos de avanços tecnológicos no meio rural. Estes repercutem sobre as funções, criando novas e recriando ou adaptando as formas existentes deste meio, onde muitas delas permitem que se revele uma paisagem modificada e outras, até novas paisagens.

Deve-se entender que estas formas possuem um conteúdo revelado na paisagem, que permite compreender não apenas a presença de um novo modo de produção instalado, como também as dinâmicas que operam em seu contexto. Entre estas, é possível identificar o modo de vida de sua população, a intensidade da produção e das relações socioeconômicas e o aumento do uso de tecnologias identificadoras da aceleração que se estabelece nos sistemas produtivos. Adentrando-se no meio rural, visitando suas unidades de produção, é possível identificar a diversidade das atividades permitindo o aumento de renda, a variabilidade de ocupação da mão-de-obra resultante da nova divisão do trabalho no campo e a presença de tempo do “ócio”, que normalmente é ocupado com outras atividades.

Consideram-se outras atividades aquelas normalmente não-agrícolas, como transformação de produtos caseiros, a agroindústria, o artesanato e o desempenho de outras tarefas de caráter agrícola e não-agrícola em outra unidade de produção ou no meio urbano.

2.2 Ruralidade e pluriatividade.

Atualmente, a discussão sobre ruralidade vem ganhando espaço no meio social, político e acadêmico do Brasil. Deste modo, passa a ser utilizada com frequência nos discursos dos órgãos governamentais, movimentos sociais rurais e universidades, especialmente por geógrafos e estudiosos das ciências sociais, preocupados com a agropecuária e a constante metamorfose do espaço rural.

Dufumier e Couto (1998) admitem que a agricultura brasileira tenha sido objeto de duas atitudes lamentáveis por políticos e profissionais da socioeconomia – a demagogia e o preconceito. Deste modo, estas atitudes acabam reforçando a concentração dos meios de produção e de renda, a urbanização acelerada, as disparidades regionais e, conseqüentemente, os problemas sociais brasileiros.

Neste enfoque, Bernardy (2005, p.59-60) salienta que “os espaços rurais são considerados periféricos e no aspecto social o trabalhador rural é marginalizado por segmentos da sociedade”. Observam-se, com isso, repercussões no território local, regional e nacional.

Deste modo, Dufumier e Couto (1998) complementam que a agricultura brasileira é marcada pela diversidade social e de uso do solo, que vão de formas tradicionais ao uso de organismos modificados geneticamente, do trabalho escravo pós-moderno à terceirização pós-fordista e, com isso, o desafio dos pesquisadores é ainda maior.

Observa-se que o quadro econômico brasileiro pós-guerra é marcado pela queda do PIB agrícola e a emergência do setor industrial e de serviços. Talvez esta fosse uma das causas do desprezo e desinteresse pelas questões do campo brasileiro. Entretanto, embora a agropecuária brasileira represente apenas 8% do PIB, deve-se considerar que 20% da população se insere neste setor e, principalmente, considerando-se o complexo agroindustrial, constata-se que este responde por 44% do PIB nacional.

Portanto, não se pode confundir hegemonia com exclusividade. Neste enfoque, segundo Dufumier e Couto (1998, p.4) “dizer que a agricultura está desaparecendo é, antes de tudo, não querer dar-se ao trabalho de estudar as suas transformações, cada vez mais complexas”.

Por outro lado, a partir da segunda metade da década de 90, destaca-se uma reorientação dos debates acadêmicos sobre o rural e o seu agrário. Assim, percebe-se uma relativa retomada dos estudos ligados à agropecuária no Brasil, contrariando com o pouco interesse dos pesquisadores nas últimas décadas.

A esse respeito Schneider (2006, p.17) argumenta que “voltou-se a falar não apenas da agricultura e da produção agrícola, mas também do rural *lato sensu*”. Portanto, esse novo cenário possibilitou aos pesquisadores ampliar seu eixo temático para questões ligadas à temática ambiental e à sustentabilidade e, em especial, às novas discussões ligadas à agricultura familiar, à estrutura dos mercados (redes) e à dinâmica ocupacional da população rural.

Para Schneider (2006), esse conjunto de novas temáticas determinou maior interesse individual dos pesquisadores e até mesmo reorientações de cunho teórico e epistemológico. Deste modo, o autor salienta que a maior alteração está “(...) relacionada à insistente afirmação de que não se pode mais confundir ou interpretar

como sinônimos o espaço rural e as atividades produtivas ali desempenhadas”. (SCHNEIDER, 2006, p.17)

Deste modo, não se pode afirmar que esta configuração do espaço rural é um fato novo ou que a atividade produtiva deixou de integrar o mundo rural. A grande mudança consiste na perda da importância das atividades agropecuárias na geração de emprego e renda.

Nesse sentido, segundo Silva (1999), a novidade consiste na ideia de que o meio rural não pode mais ser associado apenas à produção agrícola e pecuária, ou seja, as atividades chamadas agrícolas. O aparecimento de “novas” atividades nesse espaço estaria introduzindo um conjunto de “novas funções”, especialmente aquelas ligadas às ocupações não agrícolas da população rural. O ator social privilegiado desse “novo rural” seria as famílias pluriativas, que se caracterizam por combinar vários tipos de atividades em uma mesma unidade familiar ou estabelecimento, fazendo com que os seus membros possuam vários tipos de inserção profissional.

Os fatores que contribuíram para o surgimento destas atividades seriam: a emergência das atividades não-agrícolas e da pluriatividade, que muitos autores, entendendo a questão por viés, admitiam, de forma imediata, como é o caso de Silva (1996), que o processo era decorrente da “urbanização do campo”, resultante de um “transbordamento” das cidades e do mercado de trabalho urbano para as áreas rurais situadas em seu entorno. Nessas áreas, o processo de urbanização do campo ocorreria através da expansão de novas atividades, que pouco ou nada têm a ver com a produção agropecuária.

Avançando em suas reflexões, o autor, mais tarde, passou a acreditar se tratar de “novos tipos de ocupação”, com destaque para: lazer, moradias secundárias da classe média, ecoturismo e novas formas de emprego. (SILVA, 1997). Com o amadurecimento de suas reflexões, concebeu a presença de uma crise do setor agrícola. Silva (1999) destacava alguns fatores, como a presença de mudanças no financiamento da produção, a política de abertura comercial e o acirramento da concorrência com os produtos estrangeiros e a sobrevalorização cambial como estímulo às importações.

A concepção do autor mantinha a visão de um avanço da espacialidade urbana sobre o rural, resultando em sua transformação. Contudo deixava de ver que as mudanças de comportamento da produção do campo, com relação aos mercados

de consumo, se modificaram em virtude de outros elementos, que traziam processos significativamente complexos. A produção do rural ultrapassou a cidade e foi em busca de eixos de comunicações que lhe permitissem alcançar os maiores e melhores mercados de absorção de sua produção.

Por isto que hoje a cidade nem sempre se estabelece como o centro de mercado de seu entorno. Deve-se entender que ela não detém esta referência de atração, em detrimento do volume de produção e de qualidade do produto que hoje, graças à globalização e à internacionalização das economias, flui pelos espaços sem fronteiras. Em muitos casos, a pluriatividade no rural ocorre como fonte adicional de renda para pequenos produtores e até mesmo para a agricultura familiar. Sobre isto, Schneider, a seguir, tece argumentos.

Schneider (1999) complementa o pensamento de Silva, colocando outras razões que têm sido apontadas como responsáveis pela emergência de atividades não agrícolas no meio rural brasileiro. Uma delas refere-se ao processo de descentralização e interiorização de determinados tipos de indústrias, especialmente as de bens de consumo não duráveis, que contribuem para a revitalização econômica de determinadas áreas rurais.

Neste enfoque, afirma-se que o fato novo nas áreas rurais consiste na emergência e expansão de propriedades pluriativas, pois, com frequência, muitos residentes no meio rural passaram a se dedicar a atividades não-agrícolas que, muitas vezes, são praticadas até mesmo fora de suas propriedades. O autor também argumenta que esta realidade não é exclusiva de espacialidades rurais de países ricos e desenvolvidos, como ele se refere àquelas espacialidades rurais consolidadas social e economicamente.

A esse respeito, Schneider (2006, p.18) refere-se à pluriatividade constatada através de pesquisas realizadas em domicílios rurais, como sendo: "(...) situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a se dedicar ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura ou ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção."

A pluriatividade rural se traduz em uma diversificação de atividades ocupando o trabalho de populações rurais. Fenômeno este que pode ser encontrado em diversas localidades, regiões e, até mesmo, em outros países. Evidentemente que o seu estudo varia conforme a realidade estudada. As análises apresentam

características de acordo com a manifestação do fenômeno e isto pode ser observado em BERGER (2005, p.115), que explica a presença da pluriatividade como típica das pequenas unidades de produção familiar e decorrente da perda de rentabilidade necessária manter as atividades e o grupo social no meio rural, escrevendo que a pluriatividade “se relaciona con la trayectoria de las unidades de producción agrícola comprendidas bajo la categoría familiar”. E completando, o autor sinaliza questões vinculadas à estrutura fundiária: (...) “se vincula a estas unidades específicas como una de las estrategias posibles a adoptar frente a la amenaza de descomposición o a las probabilidades de expansión”.

O autor, em sequência e realizando um exercício, caracteriza o tipo de produtor que adota a pluriatividade como : “En términos clásicos, la pluriactividad se refiere a aquellos productores agropecuarios que se emplean en una ocupación alternativa además de aquella propia de su condición de productor, sin importar la categoría ocupacional ni el vínculo que implique esta otra actividad.” (BERGER, 2005, p.116)

Com base em outros trabalhos, como os de Fuller (1990), Murmis e Feldman (2005, p.19), pode - se argumentar que a pluriatividade rural se vincula “con la existencia de una unidad multidimensional de tenencia de la tierra en la cual se llevan adelante tareas agrícolas y de otro tipo, tanto en la unidad como fuera de ella y por las cuales se reciben distintos de remuneración”.

Murmis e Feldman (2005, p.19) completam escrevendo que “La pluriactividad en pueblos rurales nos sitúa en un terreno muy distinto. En la situación de pueblo rural la mayor parte de las veces el sistema de actividades no está organizado alrededor de una parcela o chacra”. Neste sentido, o conceito de pluriatividade permite juntar as atividades agrícolas com outras atividades que geram ganhos monetários e não monetários, independentemente de serem internas ou externas à exploração agropecuária.

Este conceito permite considerar todas as atividades exercidas por todos os membros dos domicílios, inclusive as ocupações por conta própria, o trabalho assalariado e não assalariado, realizados dentro e/ou fora das explorações agropecuárias. Desse modo, os conceitos de diversificação produtiva e de agricultura em tempo parcial estão contidos no conceito de pluriatividade.

Portanto, no distrito de Santa Flora, encontra-se produtores desempenhando atividades agrícolas e não-agrícolas em suas propriedades e não podem ser

qualificados de pequenos proprietários e nem mesmo de familiares, pois se trata de médios e grandes produtores que desenvolvem atividades diversas. Porém, relacionadas aos produtos oriundos das atividades agrárias em um estágio de transformação da produção, ou seja, de agregação de valor ao produto. Também existem propriedades que não desempenham atividades agrárias produtivas. Percebe-se, inclusive, a existência de atividades geradoras de renda acontecendo fora da propriedade. Neste caso do referencial empírico, trata-se daqueles vinculados com a agroindústria de beneficiamento de arroz.

A esse respeito Abramovay (2003, p.11) afirma que “a revalorização das regiões interioranas é um dos mais importantes fenômenos demográficos, sociais e culturais do início deste milênio”. Constata-se que nos países da OCDE, pelo menos 25% dos habitantes vivem em áreas rurais e, frequentemente, desempenham atividades que nada tem a ver com a produção agrícola.

Abramovay (2003, p.11) salienta que “da mesma forma que nas cidades não existe apenas indústrias, no meio rural, tampouco, há só agricultura e agricultores”. Neste contexto, Abramovay (2003, p.12) chama a atenção para o envelhecimento da população, que contribui para imprimir novo dinamismo às regiões rurais. Observa-se, frequentemente, que os aposentados deixam os centros urbanos em direção aos locais que lhes oferecem descanso e qualidade de vida, através do contato com a natureza, usufruindo do ar puro e dispondo da presença de uma infra-estrutura como: energia elétrica, água, boas estradas de acesso e proximidade de centros médios e pequenos. Muitos deles, na verdade, “fazem a volta ao campo”, retornando ao local de onde, em tempos passados, partiram.

A presença destes indivíduos permite a denominação de moradores do meio rural, quando se procura classificar a população quanto ao tipo de ocupação. Estes indivíduos também são responsáveis pela elevação da renda no rural, uma vez que suas aposentadorias são computadas como renda no meio rural em um levantamento a respeito da renda *per capita*. Em estudos realizados em localidades, principalmente em áreas estagnadas e bem dotadas de uma infra-estrutura básica (energia elétrica, água e estradas), se identifica maior presença de moradias. Isto se explica devido à desvalorização da terra favorecendo à ocupação destes moradores.

Contudo, estudos para definir o baixo padrão de desenvolvimento socioeconômico, com vistas à revalorização produtiva e econômica destas localidades, têm as informações mascaradas quando há presença de elevado

número de moradores aposentados no meio urbano, pois seus ganhos são levados para esse espaço constituindo uma renda que não é gerada nele, mas que está nele.

Considerando-se a presença de moradores no meio rural, ao que tudo indica a população rural não tende a desaparecer. Constata-se que pelo menos um terço dos brasileiros estão inseridos em locais que podem ser definidos como rurais, e esta proporção não deve cair de forma substancial. Abramovay (2003, p.12) salienta que políticas públicas de renda a populações pobres, como o bolsa família, programas de erradicação do trabalho infantil e previdência rural, fortalecem em áreas rurais o surgimento, por exemplo, do pequeno comércio, da construção civil, do transporte escolar. Estas medidas têm repercussão sobre a vida das populações destas localidades.

Hoje, no meio rural, as funções tradicionais de fornecimento de produtos *in-natura*², de matéria-prima para as indústrias de transformação e de agregação de valor e a especialização da mão-de-obra têm promovido o crescimento econômico e têm sido cada vez menos importante frente aos atributos territoriais que definem a ruralidade. Destacam-se, também, as relações com a natureza, com as cidades e, principalmente, entre os habitantes, que determinam o local como território de produção e de reprodução social. A disposição destes valores intrínsecos a sua população oferece boas perspectivas, que podem ser consideradas como possuidoras de características promissoras ao processo de desenvolvimento.

Para melhor adequar as idéias de investigadores do campo das ciências sociais à linha de pensamento geográfico que se apresenta neste estudo, acredita-se que a ruralidade relaciona-se com os recursos naturais que constituem o meio ambiente onde se encontra, estabelecendo relações diretas. Porquanto, se utiliza das potencialidades deste ambiente e com as cidades indiretamente, ao procurar estabelecer relações com os mercados, onde eles estiverem.

Decorrente das colocações e reflexões aqui formuladas, acredita-se que as relações estabelecidas no meio rural, marcando sua ruralidade, sempre terão caráter direto e imediato. O meio rural, enquanto categoria de análise geográfica, apresenta sua ruralidade marcada por variadas atividades, comandadas pela dinâmica da

² Cereais, hortícolas e frutícolas, além da carne para o abastecimento das populações como alimentação.

multiplicidade de ações de seus indivíduos, destacando-se as atividades agrícolas e as não-agrícolas, em plano horizontal e vertical.

Portanto, ao se pensar em promover o crescimento econômico e, a partir deste, motivar o desenvolvimento local e pontual em uma ruralidade, não se pode apenas concentrar esforços em aumentar a competitividade de setores mais dinâmicos da agricultura. Para planejar, torna-se necessário lançar o olhar para a diversificação das fontes de geração de renda e ocupação da população. Essas medidas são consideradas básicas para se contemplar, principalmente, as áreas rurais marginalizadas ou que se apresentam estagnadas por estarem distanciadas dos processos do atual modo de produção.

Neumann (2006), analisando os trabalhos de Schneider e identificando suas relações como inerente aos pequenos produtores familiares, salienta que os incrementos tecnológicos e o aumento da produtividade não possibilitam, em muitos casos, o progresso material e o bem estar dos agricultores e que restariam, basicamente, três alternativas para as propriedades rurais e, em especial, aos agricultores familiares:

- a busca pela integração com a agroindústria e, com isso, existido a necessidade ainda maior da produção;
- permanecer com uma agricultura de subsistência e atrelar a esta a pluriatividade dos membros da família em atividades não-agrícolas fora da propriedade;
- reestruturação produtiva da propriedade, readaptando-a a novas atividades como o turismo rural, o artesanato e a fabricação de produtos coloniais.

Utilizando-se destas três alternativas para entender não apenas as relações pluriativas existentes em pequenas unidades de produção familiar, mas também procurando analisar como elas acontecem e se comportam em propriedades médias e grandes, observa-se que a integração com as agroindústrias é considerada como um mercado. Um mercado certado para a absorção de sua produção como matéria-prima. Também existem outros mercados, estabelecidos através das cooperativas atuantes nas áreas e que se encarregam da circulação da produção via redes de produção, podendo alcançar em seu destino, mercados distantes e desconhecidos pelo produtor.

Para Neumann (2006, p.101) o processo de integração com a agroindústria é cada vez mais excludente e seletivo e, deste modo, para a maior parte dos

agricultores excluídos do processo produtivo agrícola, restaria sua integração econômica por meio de atividades não-agrícolas. Estas observações são válidas para a pequena produção familiar. No entanto, hoje as atividades pluriativas existem também nas médias e grandes unidades de produção, gerenciadas por membros da família proprietária ou pelo administrador, como é o caso do turismo rural em estâncias históricas (no Rio Grande do Sul) e em antigas fazendas de café (em São Paulo e Rio de Janeiro).

Seguindo a mesma linha de raciocínio, tem-se processos de industrialização baseados na produção da unidade produtiva, de seus vizinhos e de produtores localizados em sua microrregião ou mesorregião, identificando que a origem do produto a ser transformado é proveniente de uma espacialidade cuja escala de distância é flexível. Frente ao que não se pode mais atrelar a pluriatividade apenas a uma alternativa de sobrevivência das pequenas unidades de produção, pois a diversificação que se impõe no presente é visível no meio rurais, diferenciando-o por ruralidade distintas, devido ao grau de diversificação existente. Isto permite considerar que o rural, no presente, assume multiplicidade de atividades, que envolvem sua população, estabelecendo inúmeras funções que dinamizam suas relações socioeconômicas e culturais. Estes novos tempos permitem a aproximação do meio rural com os mercados. Cumprem-se os objetivos e os propósitos do modo de produção.

O rural cada vez mais se distancia de seu entendimento histórico, quando desempenhava funções essencialmente agrícolas. Após a metade do século XX, tiveram início novos processos que provocaram novas estruturas promotoras de novas funções em sua espacialidade, que alteram suas formas reveladas por inovações em suas paisagens. Discordando de Neumann (2006), a respeito da urbanização no rural, entende-se que a presença de novas formas de trabalho inerentes às atividades pluriativas não significa “urbanização do campo”, uma vez que a divisão do trabalho não se constitui em um fenômeno que só acontece nas cidades. Deve-se levar em conta os processos desencadeadores das novas formas de trabalho hoje presentes no meio rural. Na verdade, ocorre uma especialização de atividades e intensividade do uso da terra, enquanto espaço do homem.

Considera-se igualmente que, se as cidades se expandem sobre as áreas rurais, estas também o fazem em relação aos espaços ainda não incorporados pelas atividades agrícolas. Na verdade o rural, pelo menos no Brasil, se encontra em

expansão, obedecendo a um plano horizontal de ocupação de área e especializando-se em plano vertical.

Ao tratar da extensão do rural, recorre-se à ideia de Abramovay (2003, p.21-22), que salienta não ser possível encontrar uma definição universalmente consagrada de meio rural. Para o autor, seria vã a tentativa de encontrar a melhor entre as existentes. O autor informa que “existem três formas dominantes de delimitação do rural diante do que a insatisfação dos pesquisadores é crescente”. Destacam-se: a “delimitação administrativa”; o “peso econômico na ocupação de mão-de-obra da agricultura” e o “quantitativo quando se consideram rurais aglomerações abaixo de certo patamar populacional”.

Abramovay (2003, p.23) complementa que existem três inconvenientes básicos com relação a estas formas de se definir o meio rural: “os limites estabelecidos internacionalmente são arbitrários e decorrentes, muitas vezes, de fatores históricos; como consequência disso, as comparações internacionais das informações ficam comprometidas e o critério quantitativo de patamar populacional não permite uma abordagem regional da ruralidade.”

Independente da definição adotada, Abramovay (2003, p.37) salienta que está cada vez mais difícil delimitar o que é rural e o que é urbano, devido à generalização da legislação. O autor considera que esta delimitação não tem relevância, pois a diferença entre o rural e o urbano é uma discussão cada vez menos importante. Concordante com o autor, acrescenta-se as observações de Silva (2000, p.10) que, emprestando dos geógrafos o entendimento sobre o rural e apoiado nos clássicos da geografia, escreve: “(...) pode-se dizer que o rural hoje só pode ser entendido como um “*continuum*” do urbano do ponto de vista espacial; e do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária.”

Para melhor se aproximar da situação de pluriatividade que se refere ao estudo proposto volta-se a Silva (2000), que percebe a multiplicação do “Novo Rural” sendo composta basicamente por três grandes grupos de atividades: uma agropecuária moderna e intimamente ligada à agroindústria; um conjunto de atividades não-agrícolas, ligadas à moradia e a várias atividades industriais e de prestação de serviços; e um conjunto de “novas” atividades agropecuárias, localizadas em nichos especiais de mercados. Sendo que o primeiro caso encontra-

se de acordo com o estudo do distrito, que contém uma agroindústria de beneficiamento do arroz e atende a mercados distantes de sua área de produção.

Contudo, Silva (2000) defende a ideia de que o meio rural brasileiro teria se urbanizado nas duas últimas décadas, argumentando seu posicionamento a partir da presença do processo de industrialização da agricultura, de um lado, e, de outro, do transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural. E, como resultado deste duplo processo de transformação, a agricultura, que antes podia ser caracterizada como um setor produtivo e relativamente autárquico, com seu próprio mercado de trabalho e equilíbrio interno, teria se integrado ao restante da economia, a ponto de não mais poder ser separada dos setores que lhe fornecem insumos e/ou compram seus produtos.

Tecendo reflexões sobre a ideia do autor, tem-se outro posicionamento, pois não se concebe o meio rural de maneira simplista, apenas como área de produção e de atividade econômica, pois ele é mais do que isto. A espacialidade que está contida no que se denomina de meio rural, além das relações econômicas, o constituem, e de maneira intensa, relações sociais, culturais e ambientais, ou seja, ele deve ser entendido em sua verdadeira complexidade que constitui a sua ruralidade. Do contrário, arrisca-se a não alcançar o seu entendimento real.

Portanto, pensar sobre a ruralidade pressupõe o entendimento de um rural pluriativo, em suas relações internas e externas e de acordo com as especificidades. Talvez a ausência desta postura seja responsável pelo viés seguido no entendimento desta espacialidade, o qual se encontra permeado pela dinâmica do modo de produção como se apresenta o capital.

Os estudos sobre as feições das ruralidades supõem a compreensão dos contornos, de suas representações e especificidades deste espaço rural, entendido como espaço físico em referência à ocupação de um meio ambiente, assumindo os seus elementos e tornando-o “lugar onde se vive e lugar de onde se vê e se vive o mundo”, entendido como a “inserção do homem nas esferas mais amplas da sociedade.” (WANDERLEY, 2000, p.2)

A presença de relações dinâmicas complexas e crescentes se torna visível nas ruralidades e tem permitido novas reflexões sobre as condições de produção e de reprodução social, econômica e ambiental do meio rural, bem como fomentado a discussão da existência e da formação, do capital social. Apoiando-se no pensamento de Coleman, (1990 apud Abramovay 2003, p. 86), quando se busca

compreender a formação do capital social frente à sociedade moderna considerada individualista, pode-se dizer que a noção de capital social passa pelo entendimento sobre a sociedade e, contrariando esta noção de individualidade que se torna um mito, pois nem sempre a sociedade é formada por indivíduos que agem independentemente. Eles podem, sim, alcançar seus objetivos de forma coletiva e apoiados uns em outros, o que é comum nas localidades rurais. Tal comportamento faz parte do mundo rural, uma espacialidade especial.

Ensina Coleman (1990, p.302 apud Abramovay, 2003, p. 86) “O capital social não é uma entidade singular, mas uma variedade de diferentes entidades que possuem duas características em comum: consistem em algum aspecto de uma estrutura social e facilitam algumas ações dos indivíduos que estão no interior desta estrutura”. O autor vai mais além e determina que “O capital social, neste sentido, é produtivo, ele torna possível que se alcance objetivos que não seriam atingidos na sua ausência.” Para melhor entender estas ações coletivas, deve-se pensar como agiriam dois produtores rurais despojados de individualismo diante de um período de colheita. Interpretando Hume citado por Putnam (1993/1996, p. 173 apud Abramovay, 2003, p.86), certamente um diria ao outro: “Teu [arroz] está maduro hoje; o meu estará amanhã. É vantajoso para nós dois que eu te ajude a colhê-lo hoje e que me ajudes amanhã”.

Interpretando estas relações de compartilhamento coletivo, o capital social se determina como instrumento para a solução dos problemas de uma ação coletiva e, em presença desta, como a ação de esforço em busca do bem coletivo e criam-se as bases para o desenvolvimento territorial. O avanço do capital social tem como base a confiança, que está na raiz da acumulação do próprio capital social, e não pode estar reduzida à relação entre dois ou mais indivíduos, mas entre os indivíduos de uma comunidade. Portanto, a presença do capital social deve-se ao resultado do esforço e da interação coletiva de um tecido social, em busca do bem-estar comum a todos seus indivíduos. O que permite entender, de acordo com a visão de Putnam e de Coleman, citados e Abramovay (2003, p. 88), capital social como “um conjunto de recursos (boa parte dos quais simbólicos) de cuja apropriação depende em grande parte o destino de certa comunidade”. Estas idéias também são encontradas em Pierre Bourdieu (1979) ao analisar o capital social.

Em um ambiente de cooperação e de valorização, no sentido de troca de informações, da preocupação comum com a formação dos seus membros

trabalhadores, com a implantação dos serviços indispensáveis ao funcionamento das atividades e com qualidade de vida, certa comunidade teria as bases essenciais para alçar o processo de desenvolvimento rural. Contudo, o ingrediente principal para que se alicercessem as bases do desenvolvimento, a confiança mútua, torna-se um obstáculo que distancia uma comunidade deste alcance.

Portanto, o desenvolvimento só pode ser alcançado a partir da formação do capital social, pois exige a cooperação mútua que, por sua vez, se alicerça na confiança dos membros contidos no tecido social. O uso do termo desenvolvimento, muito empregado quando se deseja identificar o grau de crescimento econômico ou de aprofundamento das relações sociais ou culturais de uma comunidade é, na verdade, inadequado. Pois fortalecer relações ou aumentar a produção ou a capacidade de trabalho produtivo não garante desenvolvimento. Este termo, além de estar vinculado à formação de capital social, só existe se exprimir a capacidade de articulação entre as forças dinâmicas de uma determinada espacialidade rural.

Partindo das reflexões trazidas no trabalho e buscando o entendimento proposto nos objetivos, sem esquecer que se trata de uma análise com complexidades geográficas constituídas por ações, relações e interações, usam-se os elementos de medida e de análise eleitos para avançar sobre os agentes dinâmicos deste sistema. No decorrer da investigação do referencial empírico, distrito Santa Flora, município de Santa Maria, RS, se procurou revelar as respostas desejadas pelo trabalho.

3. DA DIVERSIFICAÇÃO NO MEIO RURAL À CONSTRUÇÃO DA RURALIDADE

3.1 A agroindústria de processamento do arroz

De acordo com os relatos históricos da família, Adolfo Ângelo Marzari, juntamente com sua esposa Ayda Marzari, naturais da Quarta Colônia de Imigração Italiana no Rio Grande do Sul e do distrito Santa Flora, foram os responsáveis pelo início das atividades da família no Distrito.

Percebe-se que, em um primeiro momento, as atividades desenvolvidas pela família Marzari eram apenas de produção agropecuária, principalmente as culturas de subsistência e o arroz com finalidade comercial. A mão-de-obra era intensiva de trabalho humano e do uso de instrumentos agrícolas e máquinas, conduzidos por tratores até o local onde se processava a colheita. (Fotografia 2).



Fotografia 2: Colheita do arroz: Família Marzari separando o arroz da palha, ensacando e pesando o produto na lavoura, 1958.

Fonte: Arquivo da Indústria Marzari, 2008.

Segundo informações obtidas junto à indústria, a escolha de Santa Flora para instalação da planta industrial foi consequência de dois fatores: era residência de Adolfo Marzari e devido às oportunidades, pois na época existiam muitos produtores e poucos eram os beneficiadores.

Em 27 de abril de 1955, foi fundado o engenho de beneficiamento de arroz Marzari. Em um primeiro momento, o engenho contou com a participação dos três irmãos, Adolfo, Henrique e Narciso, como sócios do empreendimento. (Fotografia 3).

Pode-se dizer que a empresa apresenta como principais atividades a compra de arroz em casca, o beneficiamento do produto em suas unidades industriais e na colocação do mesmo no mercado nacional.



Fotografia 3: Irmãos Marzari no início das atividades no ano de 1955.

Fonte: Arquivo da Indústria de arroz Marzari, 2008.

A indústria está localizada no 9º distrito Santa Flora, RS, situada a 18 km da BR 392, município de Santa Maria-RS. Atualmente, por questão de logística, mantém um escritório comercial na sede do Município, situado na Avenida Ângelo Bolson, número 450, em Santa Maria, RS. (Fotografia 4).



Fotografia 4: Primeiras instalações, Irmãos Marzari e seu caminhão Dodge, 1954.

Fonte: Arquivo da Indústria Marzari, 2008.

A sociedade inicial dos irmãos foi desfeita e Adolfo Marzari deu sequência ao negócio. Atualmente a empresa se apresenta com uma estrutura organizacional bastante reduzida. Seu processo decisório está concentrado no gerente comercial e no gerente financeiro. O organograma administrativo da empresa apresenta-se com baixo grau de complexidade. Na medida em que, no segundo nível de gerenciamento da empresa, ou seja, após os sócios proprietários (família), há apenas um nível gerencial, que é composto pela gerência comercial e financeira. As atividades operacionais se reportam aos supervisores administrativos, que estabelecem relações diretas com o gerente comercial e o gerente financeiro.

Segundo a família, até 1965, as técnicas aplicadas na produção para o beneficiamento do arroz utilizavam a máquina a vapor. Entre 1965 e 1975, passaram para o motor a diesel e, somente, após 1975, passou-se a utilizar energia elétrica. (Fotografia 5)



Fotografia 5: Trabalho manual caracterizando o início das atividades, 1954 -1955.

Fonte: Arquivo da Indústria Marzari, 2008.

Em termos de processamento industrial, a organização tem adotado os processos produtivos modernos para o beneficiamento do produto. A reestruturação industrial que ocorreu na empresa incluiu uma significativa ampliação da capacidade de beneficiamento e armazenamento de grãos e vem utilizando equipamentos fixos e procedimentos industriais de última geração.

Em 2007, foi introduzida a última modificação na linha de produção, com a implantação do sistema seletor de grãos totalmente automatizado, polidor de grãos a água, empacotadoras e enfardadeiras automáticas, garantindo a higiene e, a partir de então, foram dispensadas a seleção e a lavagem pelo consumidor final. (Fotografia 6)



Fotografia 6: Linha de produção da Agroindústria automatizada, 2008.

Fonte: Hundertmarck, Isimar, 2008.

Com a modernização da empresa em 2007, desestruturou-se o trabalho manual, pois toda produção de arroz beneficiado é mecanizada. Assim, a empresa pode abdicar do trabalho noturno e em finais de semana, possibilitando a redução de 15 trabalhadores fixos. Por outro lado, segundo os proprietários da indústria, existe carência de mão-de-obra especializada, principalmente para manutenção dos equipamentos.

A empresa tem sido selecionada para estudos de economia e gerenciamento, em virtude de ter apresentado crescimento significativo na capacidade de processamento de arroz nos últimos anos. Em 1997, a estrutura física para o beneficiamento era de 357.000 fardos de arroz/ano³. Atualmente, a empresa possui 100% da capacidade instalada comprometida de 1.000.000 de fardos de arroz/ano, o que representou um crescimento médio de 19% ao ano, no período 1997-2007.

É uma organização que está entre as 500 maiores do Estado e se encontra entre as 15 maiores do seu setor. Está situada entre as 10 maiores em arrecadação de ICMS do município de Santa Maria, RS. (Fotografia 7)

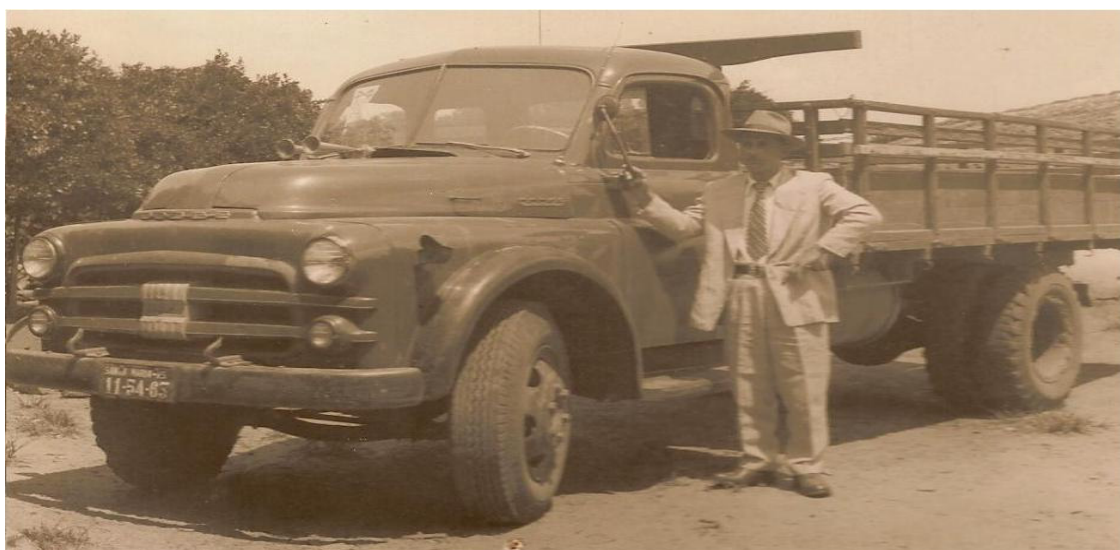
³ Um fardo é composto por 30 kg de produto embalado.



Fotografia 7: Vista parcial dos silos de armazenagem de arroz. 2008.

Fonte: Hundertmarck, Isimar, Trabalho de campo, 2008.

O transporte da matéria-prima (arroz em casca) é realizado por veículos próprios, porém o arroz beneficiado é transportado por empresa terceirizada ou pelas próprias empresas atacadistas que compram de tudo e em todo o País. (Fotografias 8 e 9)



Fotografia 8: Dodge 1954 e o proprietário Marzari. proprietário Adolfo Marzari.

Fonte: Arquivo da Indústria de arroz.



Fotografia 9: Modernos equipamentos de transporte da indústria, 2008.

Fonte: Hundertmarck, Isimar, Trabalho de campo, 2008.

De acordo com as entrevistas de campo, uma das mais significativas reivindicações da comunidade é a melhoria na infraestrutura viária. A estrada que dá acesso ao Distrito possui 18 km e comunica este a BR - 392. Foi possível verificar que a comunidade e a própria indústria indicam como prioridade o asfalto para a estrada principal, pois nos meses de maior índice pluviométrico, a circulação viária torna-se precária e apresenta risco material e humano. (Fotografia 10).



Fotografia 10: Estrada de acesso ao distrito após período de chuvas, 2007.

Fonte: Hundertmarck, Isimar. Trabalho de Campo, 2007.

Quando indagados sobre a influencia da indústria para melhoria da qualidade de vida da população no distrito, os sócios admitem que a Prefeitura municipal de Santa Maria priorizou atenção à localidade, após a instalação da Empresa em Santa Flora. Devido à renda gerada pelas atividades industriais e ao aumento de renda da comunidade local. Entendem que o Governo municipal visualiza a comunidade através da renda gerada e, por isso, investe no Distrito.

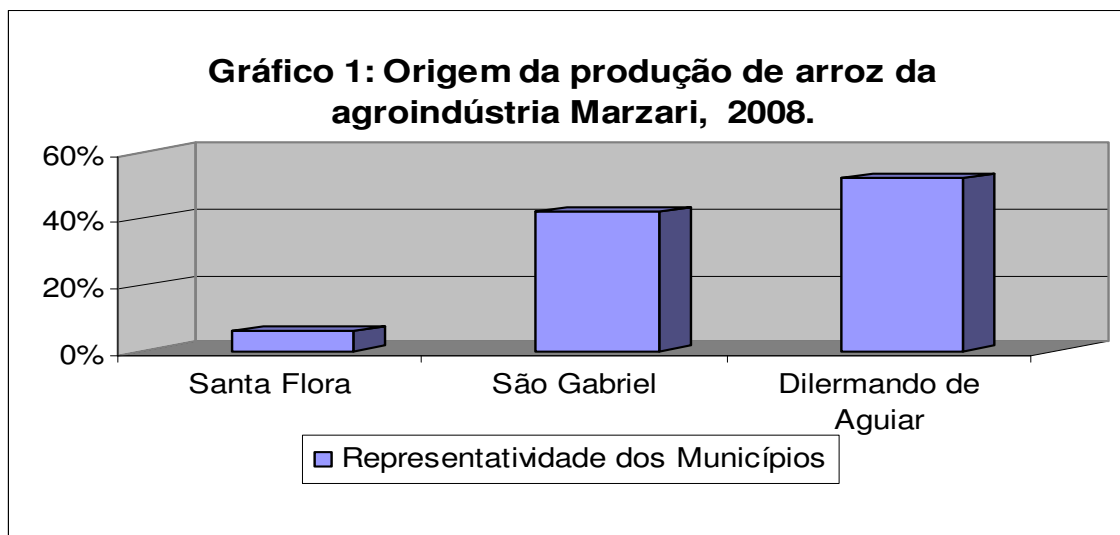
Deste modo, segundo a visão da Empresa, embora o êxodo rural permaneça, muitos jovens que não querem continuar na agricultura podem continuar morando e vivendo no campo. Deste modo, com elevação de renda, existe a possibilidade de o homem do campo adquirir carro, moto e melhorar sua moradia, reduzindo o interesse de migrar para cidade em busca de trabalho e de uma ilusória melhor qualidade de vida.

Conforme referido nas entrevistas, tem havido movimentos no sentido de firmar maior fidelidade e reciprocidade por parte de um determinado número de produtores. A tentativa de formalização (contratos) das relações comerciais com os produtores determina-se pela maior flexibilização das formas de pagamento a partir do adiantamento de recursos aos produtores e do fornecimento de logística de transporte para os mesmos, o que tem algumas das ações empreendidas pela Empresa.

Os dados apresentados pela organização empresarial indicam que tem ocorrido aumento no fluxo de comércio com determinado número de fornecedores. Hoje, cerca de 70% do arroz processado pela organização advém de fornecedores exclusivos, o que, de certa forma, indica o resultado das ações empreendidas no sentido do estabelecimento de uma visão em longo prazo nas relações entre produtores e Empresa.

Em termos de relação com os clientes, o processo segue o mesmo sentido, pois também ocorre certa regularidade em termos de parceiros comerciais, sendo que a assessoria pós-venda é uma ação estratégica que se insere neste aspecto.

De acordo com informações obtidas junto à agroindústria, 28% do arroz beneficiado é de produção própria. A produção própria ocorre em 3 municípios onde a família Marzari possui propriedades rurais. (Gráfico 1)

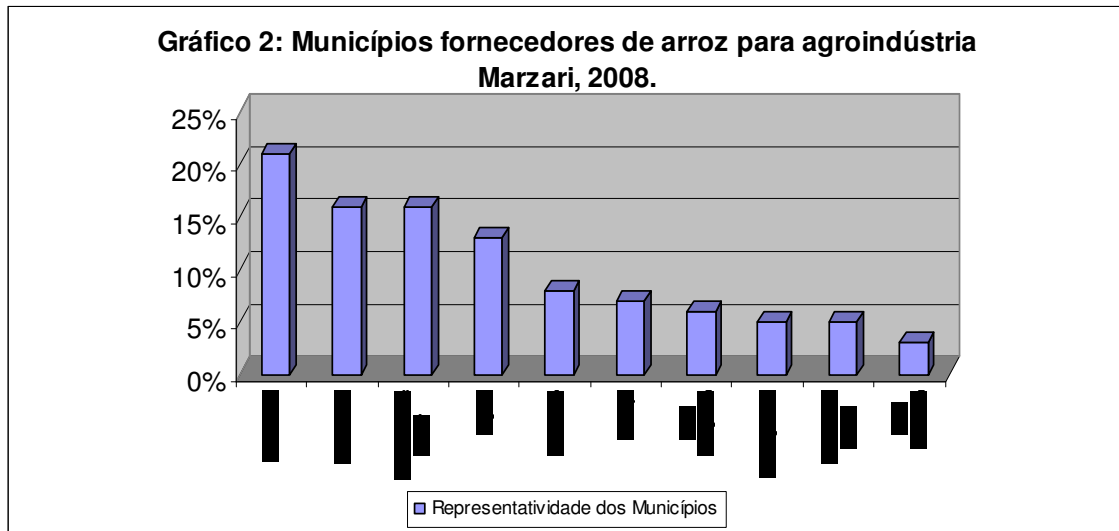


Fonte: Trabalho de campo, 2008.
Org: Hundertmarck, Isimar, 2008.

Destaca-se o município de Dilermando de Aguiar com 52% da produção, São Gabriel com 42% e Santa Flora com apenas 6% da produção. Portanto, a produção de Santa Flora é mais restrita, pois, com a formação da agroindústria, a família Marzari procurou expandir a produção e surgiu a necessidade de buscar propriedades com maior extensão, o que só foi possível em outros municípios.

O restante da matéria-prima é proveniente de 10 municípios⁴. Observa-se que os municípios de São Gabriel, Santa Maria e Dilermando de Aguiar são, respectivamente, os maiores fornecedores da matéria-prima. (Gráfico 2 e Figura 4).

⁴ Entre os municípios incluí-se Santa Maria que apresenta outros distritos fornecedores de matéria-prima.



Fonte: Trabalho de campo, 2008.
Org: Hundertmarck, Isimar, 2008.

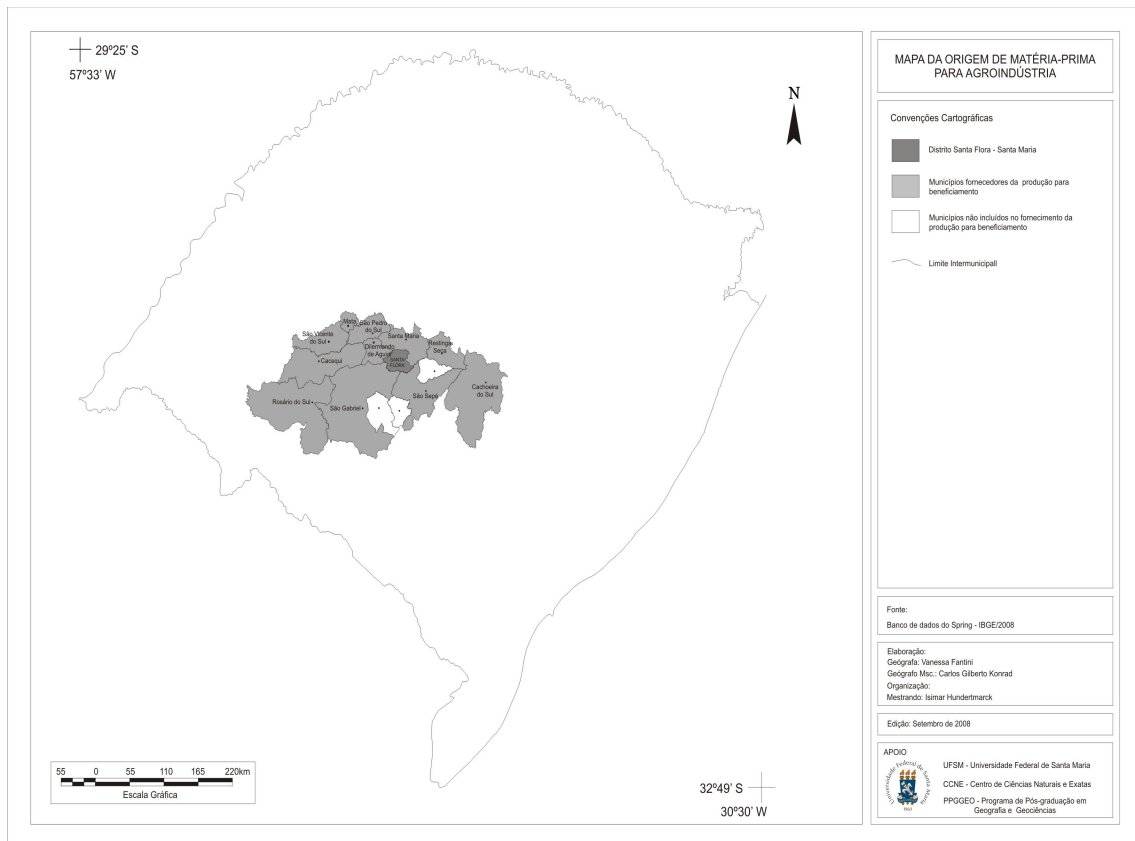
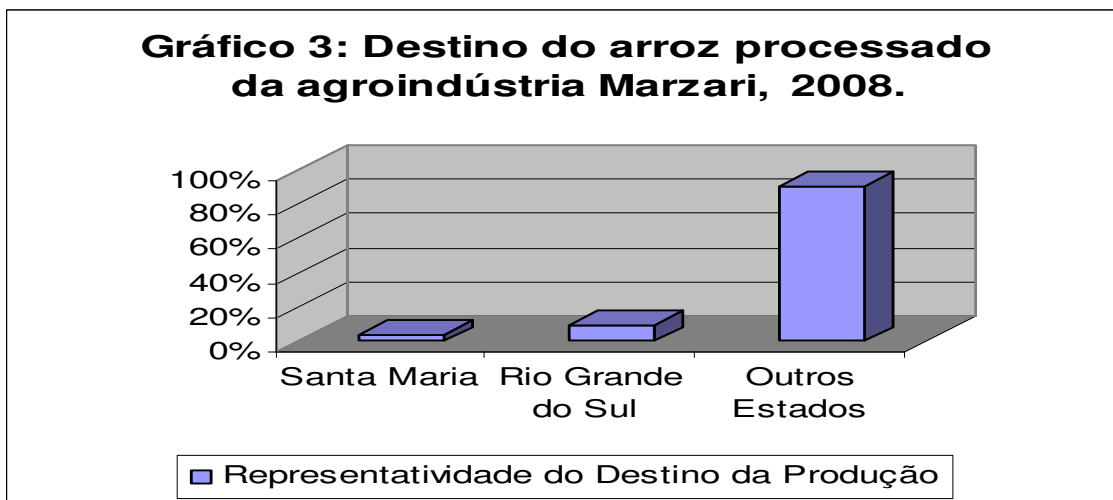


Figura 4: Mapa de origem da matéria-prima para a agroindústria Marzari.

Org. Hundertmarck, Isimar, 2008.

Quanto ao destino do arroz beneficiado, observa-se que apenas 4% do produto tem sua venda garantida na cidade de Santa Maria e o estado do Rio Grande do Sul representa apenas 9% do volume da produção. (Gráfico 3).



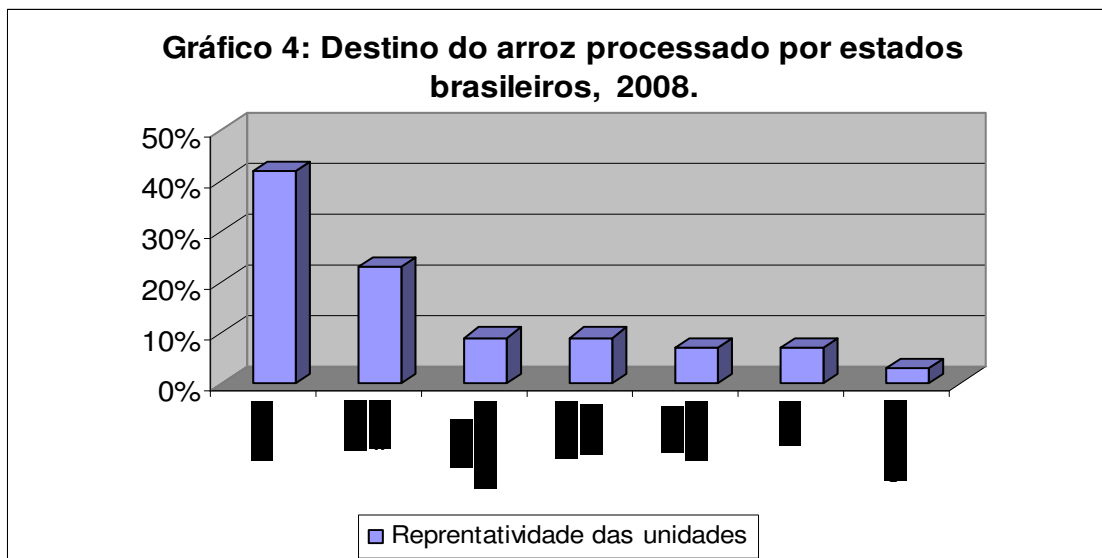
Fonte: Trabalho de campo, 2008.

Org: Hundertmarck, Isimar, 2008.

Segundo informações da Empresa, a busca por novos mercados é decorrente da menor concorrência em outros estados da Federação do Brasil, facilitando a venda e o preço do produto.

Conforme os diretores da agroindústria, dois fatores contribuem para a concorrência ser mais intensa no Rio Grande do Sul: o Estado é o maior produtor de arroz do Brasil e os pequenos engenhos de beneficiamento de arroz não fornecem nota fiscal, tornando os custos de produção mais baixos.

Nota-se que 91% da produção de arroz processado tem como destino os mercados inter-regionais, abastecendo estados situados nas grandes regiões geográficas do País, como: Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, e estão sendo projetadas parcerias de venda para Região Norte. (Gráfico 4).



Fonte: Trabalho de campo, 2008.

Org: Hundertmarck, Isimar, 2008.

Pela análise constata-se que o Distrito Federal e o estado de Minas Gerais representam mais de 60% do destino da produção. No ano de 2008 a indústria não apresentou exportação, mas já comercializou com Portugal, Espanha e África.

O sistema de comercialização se realiza através de representantes locais, que recebem percentual nas vendas. Da mesma forma, a gestão dos estoques é individual, ao longo da cadeia de suprimentos. Cada agente gerencia seus estoques de acordo com suas necessidades e seus objetivos em curto e médio prazo. Este procedimento ocorre, fundamentalmente, em função da estrutura de mercado, que preside tanto a produção como o beneficiamento e a comercialização de arroz.

Por ser o arroz em casca um produto com características de uma *commodity*, pode ser encontrado a qualquer momento e há no mercado um grande número de empresas concorrentes. Não tem sido possível estabelecer um planejamento conjunto de oferta de matéria-prima na cadeia de comercialização. E, ao não ser possível uma gestão conjunta dos estoques de matéria-prima para a agroindústria, a gestão dos estoques dos produtores rurais também se torna individualizada.

No entanto, na agroindústria há um planejamento estratégico, que avalia as prováveis flutuações no mercado de arroz na Região e no País, de sorte que no início do ano-safra são avaliados os indicadores que interferem tanto na oferta quanto na demanda de arroz. É uma gestão que se inicia com um objetivo meta e,

na medida em que as circunstâncias de mercado se alteram, o planejamento vai se ajustando à realidade. (Figura 5).

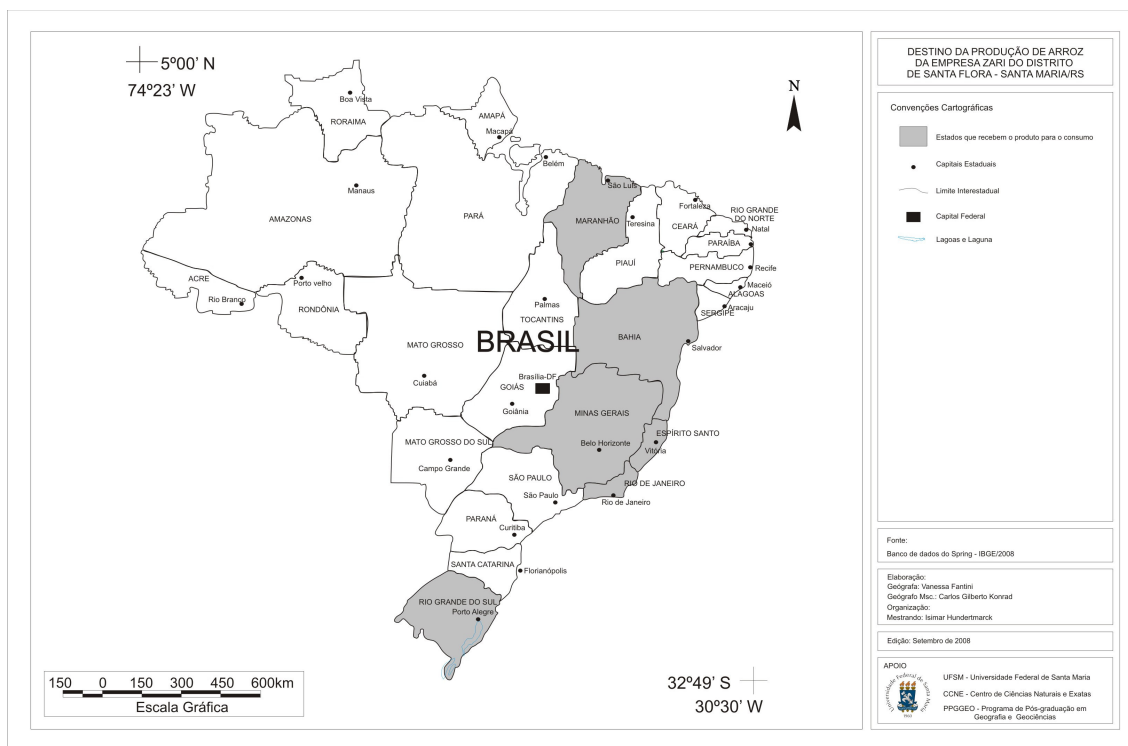


Figura 5: Mapa de destino da produção da agroindústria Marzari., 2008

Org: Hundertmarck, Isimar, 2008.

Como a empresa comercializa com mais de mil produtores rurais dispersos em uma grande área geográfica, não tem sido possível implantar um sistema de monitoramento de custos mais sistêmico. O que ocorre é um trabalho contínuo, no sentido de sensibilizar e disponibilizar aos produtores técnicas e processos produtivos, que minimizem seus custos e que possibilitem a melhoria do seu desempenho individual.

O compartilhamento e a troca de informações ocorrem ao longo de toda a cadeia de suprimentos. No entanto, a empresa focal é o ponto para onde convergem as informações mais relevantes para o desempenho da cadeia como um todo.

O processo de troca de informações é realizado através de contatos telefônicos, fax, correio eletrônico e, também, através de conversas diretas com a empresa, mas não há um procedimento mais institucionalizado. A maioria das informações que circulam na “cadeia de suprimentos” se refere às condições de

mercado, sobretudo em termos de produção e consumo, e estas terminam por ocorrer de modo informal e de maneira descontínua.

Com os produtores rurais a troca de informações é constante e, em alguns casos, diária. Entre os varejistas, as informações são trocadas sempre que há alguma demanda específica e quando a empresa pretende abrir algum novo mercado. Mas o fato é que não há um mecanismo institucionalizado de troca de informações.

Segundo a agroindústria, são produzidas diversas variedades de arroz e subprodutos: Arroz Tipo 1, Tipo 2, Tipo AP (Abaixo do Padrão), Tipo Único, quirera, farelo de arroz e farinha de arroz que faz parte do projeto de agregação de valor ao produto, por ser utilizada na fabricação de macarrão e empanados (Fotografia 11)



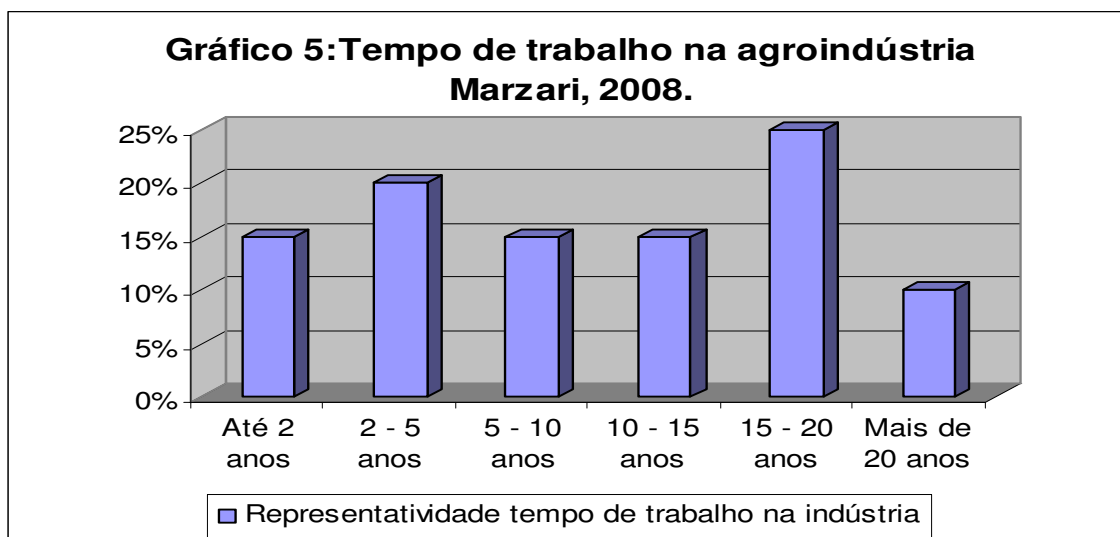
Fotografia 11: Variedade de produtos elaborados na agroindústria Marzari.

Org. Org: Hundertmarck, Isimar, trabalho de Campo, 2008.

3.2 Atividades dos funcionários da agroindústria de processamento de arroz

A indústria Marzari possui 47 funcionários permanentes e não contrata mão-de-obra temporária. De acordo com a empresa, 12 funcionários trabalham no escritório, localizado no centro de Santa Maria, e 35 funcionários na empresa, localizada no distrito Santa Flora.

A análise do Gráfico 5 permite observar que mais de 50% dos entrevistados estão há mais de 10 anos na empresa e apenas 15% trabalha há menos de 2 anos demonstrando a satisfação dos empregados e a política da empresa de manutenção do quadro de funcionários.



Fonte: Trabalho de campo, 2008.

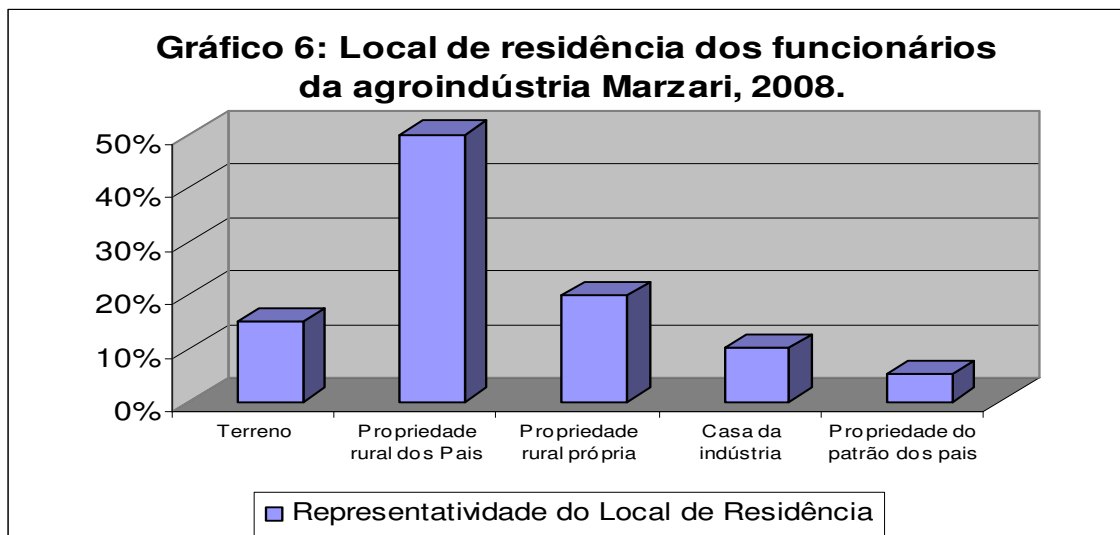
Org. Hundertmarck, Isimar, Trabalho de Campo, 2008.

A partir dos dados obtidos na entrevista, constatou-se que todos empregados residem atualmente no distrito e 75% desses são oriundos do próprio distrito Santa Flora.

As entrevistas demonstraram que 25% dos funcionários são provenientes de municípios diversos, como Dilermando de Aguiar, São Sepé, São Vicente, Formigueiro e outras localidades do próprio município de Santa Maria.

Por outro lado, verifica-se que apenas 15% dos entrevistados são oriundos de núcleos urbanos. Os demais funcionários são de áreas rurais, nas quais os pais já desenvolviam atividades agropecuárias em propriedades próprias ou como empregados em propriedades de terceiros.

Assim, para 85% dos empregados, os pais já desempenharam ou desempenham atividades produtivas no campo. Deste modo, pode-se classificar o pai dos empregados em quatro categorias listadas no gráfico: (Gráfico 6)



Fonte: Trabalho de campo, 2008.
Org. Hundertmarck, Isimar, 2008.

1) Proprietário rural: Representa 45% dos entrevistados. São proprietários de pequenas áreas e destacam-se no cultivo de milho, feijão, batata, hortigranjeiros, mandioca, fumo e pequena atividade pecuária de leite e corte. Existe uma pequena representatividade da cultura do arroz neste grupo e os que produzem não vendem para agroindústria nas quais os filhos trabalham. Observa-se que 60% das propriedades possuem menos de 10 hectares, explicando a inexistência do cultivo da soja e inexpressiva cultura do arroz.

2) Empregados rurais: Representam 40% dos entrevistados. Os proprietários destes estabelecimentos geralmente residem na cidade de Santa Maria e exercem atividades urbanas. Nestas propriedades, há a presença da pecuária de corte e da agricultura comercial, soja e arroz. Explica-se esta tendência devido a maior área em extensão disponível nas propriedades e menor aplicação de mão-de-obra.

3) Desempenha atividade urbana: Representa 15% dos entrevistados, sendo que esta atividade ocorre na sede do Distrito ou cidades vizinhas.

4) Funcionário da agroindústria Marzari: Representa 5% dos entrevistados e na amostragem constatou-se que uma família apresenta avô, filho e neto trabalhando na agroindústria.

Quanto ao local de residência, pode-se constatar que 50% dos funcionários residem na propriedade rural dos pais. Conforme o exposto anteriormente, nestas

pequenas propriedades desenvolve-se a policultura e, devido à pequena extensão das propriedades, seria improvável a permanência dos filhos no campo.

Deste modo, podemos concluir que a indústria contribui para manutenção da população rural do distrito. Destaca-se que, entre os que residem na propriedade dos pais, 60% não possui casa própria. Por outro lado, observa-se que é crescente o número de funcionários construindo suas casas. (Fotografia12)



Fotografia 12: Casa em construção na propriedade dos pais de um funcionário, distrito Santa Flora, 2008.

Fonte: Hundertmarck, Isimar, Trabalho de Campo, 2008.

Por outro lado, 25% possuem terreno ou pequena propriedade rural e outros 20% moram em casas da própria agroindústria. Os que residem na própria agroindústria são os funcionários com menor tempo de serviço na empresa.

Quanto à origem destas propriedades rurais em que residem, constatou-se que 75% são obtidas por herança. Isto demonstra a presença da descapitalização do pequeno proprietário.

Entre os entrevistados residentes em propriedades rurais, verifica-se que 60% desempenham atividade agropecuária. Entre as atividades, destacam-se os

hortigranjeiros, mandioca, feijão, batata e pecuária de corte. Apenas 20% cultivam arroz e soja.

Quanto ao estado civil dos funcionários, verificou-se que 70% são solteiros. No caso dos funcionários casados, as esposas não desempenham atividade agropecuária e a maioria dos filhos com mais de 16 anos de idade já migraram para sede de Santa Maria, para continuar os estudos ou buscar trabalho.

Entre os entrevistados, comprovou-se que 70% possuem carro ou moto. A compra deste bem, para 90% dos funcionários, ocorreu após o ingresso na Empresa. Isso demonstra que além de manter a população no distrito, com a geração de renda, a agroindústria possibilita que os funcionários usufruam da infraestrutura e conforto da cidade, que são trazidas para o campo (Fotografia13).

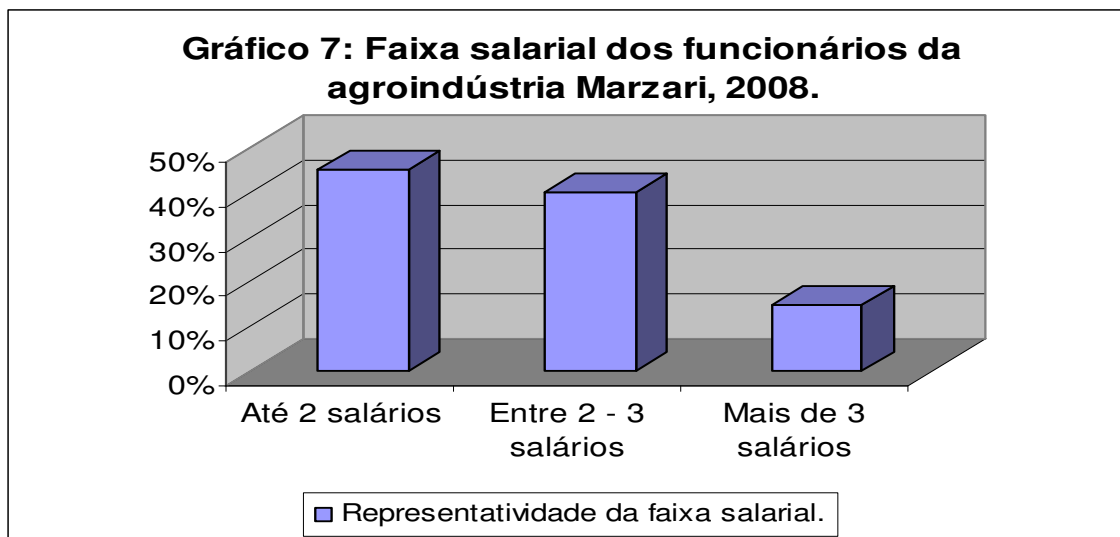


Fotografia 13: Residência construída com recursos obtidos na agricultura e serviços prestados para a agroindústria Marzari.

Fonte: Hundertmarck, Isimar., Trabalho de campo, 2008

Constatou-se, nas entrevistas, que 100% dos funcionários admitiram que melhoraram de vida após o início das atividades na agroindústria. Quanto à faixa salarial, 50% dos funcionários recebem entre 1,5 e 2 salários, 35% entre 2 e 3 salários e 15% recebem acima de 3 salários. (Gráfico 7).

Observou-se que, desenvolvendo atividades tradicionais e em pequenas propriedades, seria improvável uma renda superior à vigente para os atuais funcionários.



Fonte: Trabalho de campo, 2008.
Org. Hundertmarck, Isimar.

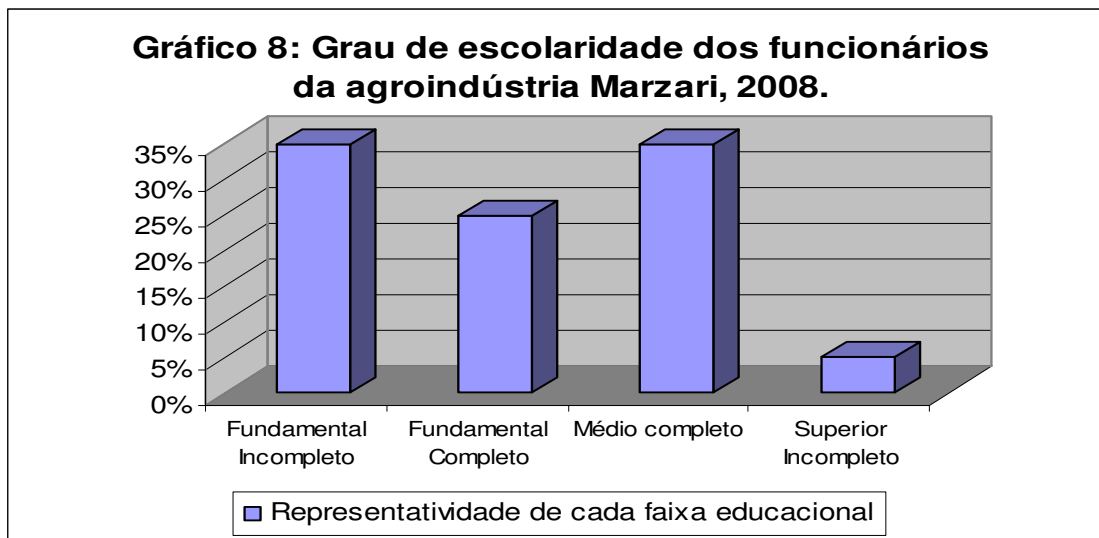
Quando indagados sobre a existência de outras atividades geradoras de renda, observou-se que entre 70% dos entrevistados o trabalho na agroindústria é o único gerador de renda. Apenas 30% desempenham outra atividade geradora de renda, destacando-se como principais atividades a pecuária de corte e o cultivo de arroz⁵ ou soja em propriedades arrendadas.

No que se refere ao nível educacional dos funcionários, pode-se observar que 60% dos entrevistados possuem ensino fundamental completo e incompleto. E 40% apresentam o ensino médio parcial ou completo. (Gráfico 8).

A agroindústria pode ser um instrumento para emersão do capital social no Distrito Santa Flora por meio do trabalho coletivo e da visualização de benefícios advindos dessa coletividade, o que pode não apenas consolidar a associação, mas ampliar a promoção de organizações coletivas em vários âmbitos e a ampliação e consolidação do capital social que é um dos grandes pilares do desenvolvimento local.

⁵ Nas entrevistas constatou-se que apenas 2 funcionários produzem arroz para agroindústria Marzari.

Porém deixa a desejar no quesito educação e diversos aspectos do desenvolvimento como a formação de uma consciência democrática. Ainda que existam cursos e palestras elas não atingem todos os funcionários e têm antes uma função mais informativa e de instrução. Portanto, embora importante, esta educação é incompleta.



Fonte: Trabalho de campo, 2008.
Org. Hundertmarck, Isimar.

Por outro lado, verifica-se que 60% dos entrevistados não pretendem buscar aperfeiçoamento ou continuar os estudos. Neste grupo, destacam-se os funcionários mais antigos e aqueles com apenas o ensino fundamental.

Do mesmo modo, quando indagados sobre a possibilidade de saírem do distrito Santa Flora, apenas 45% demonstraram interesse, desde que recebessem propostas salariais melhores. Com isto, pode-se concluir que os funcionários, na sua maioria, estão satisfeitos com a presença da agroindústria e do trabalho que nela desenvolvem.

3.3 Propriedades rurais do distrito Santa Flora

Procurando determinar as principais alterações ocorridas no espaço rural de Santa Flora, buscaram-se informações junto a produtores rurais mais antigos.

Assim, questionados sobre o tamanho das propriedades estes informantes relatam que nos últimos anos houve redução na área das propriedades, devido ao fracionamento de terras a partir do sistema de heranças. No início da ocupação era muito comum a oferta de terras para parceria ou arrendamento com a finalidade de criação de gado ou cultivo do arroz.

Quanto aos produtos cultivados, segundo o relatado, no início da ocupação do distrito os principais eram a cebola, milho e feijão. Do mesmo modo, a produção tinha como principal mercado o centro urbano de Santa Maria, pois os produtos eram vendidos para os chamados quitandeiros, comerciantes que vinham até as colônias buscar produtos e depois revendiam para pequenos estabelecimentos rurais, para feirantes e nas feiras-livres.

Com referência à técnica de produção empregada nos cultivos, destaca-se o uso de tração animal nas carretas e arados, além da utilização da agricultura orgânica, sem utilização de insumos químicos.

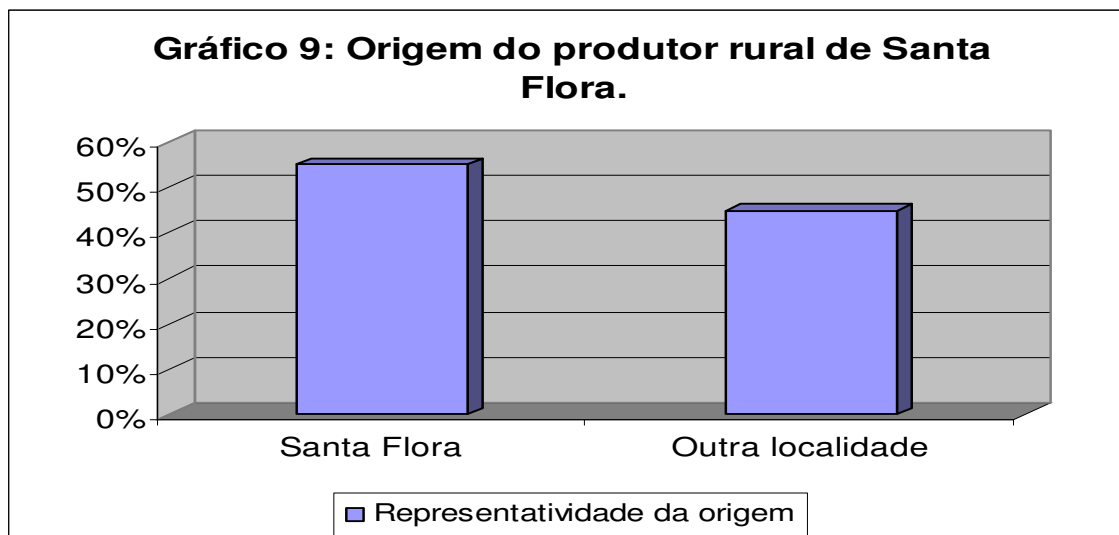
Mas a grande alteração, de acordo com estes informantes, está na substituição do milho na introdução da soja e de produtos modificados geneticamente. O milho passou a ser cultivado apenas na pequena propriedade e com a finalidade de suprir as necessidades da própria propriedade.

Em busca de outras respostas, a partir do trabalho de campo realizado junto às propriedades rurais do distrito Santa Flora, observou-se particularidades que permitiram classificar as propriedades em 4 grupos principais:

- Propriedade policultora de produção familiar voltada para a subsistência;
- Propriedade policultora de produção familiar voltada ao mercado;
- Propriedade monocultora com produção familiar;
- Propriedade monocultora com arrendamento ou sistema de parceria.

Quanto à origem das famílias envolvidas na produção agropecuária do distrito, observou-se forte presença de descendentes de italianos vindos de municípios detentores de colônias de imigração italiana, como é o caso de Silveira Martins, Jaguari e São Pedro do Sul. A migração para o distrito ocorreu conforme já abordado, em busca de áreas com topografia plana e maiores extensões de terras.

Os dados obtidos permitem observar que 55% dos envolvidos na produção sempre residiram no distrito. (Gráfico 9).



Fonte: Trabalho de Campo, 2008.
Org: Hundertmarck, Isimar, 2008.

Por outro lado, 45% de seus produtores rurais são provenientes de cidades próximas à área em estudo e foram atraídos para o distrito pela oferta de terras no passado ou pela possibilidade de trabalho. Constatou-se que, em muitos casos, o empregado rural acabou adquirindo terras e se tornando um proprietário rural.

Quando indagados se a indústria é um atrativo para o distrito, 90% dos entrevistados acreditam que a mesma contribuiu para melhorar a qualidade de vida de seus habitantes. Deste modo, sendo fator de geração de empregos, possibilitou que seus funcionários adquirissem carro e casa e ainda elevassem o seu padrão de vida, e que antes este acesso era raro a qualquer zona do meio rural. (Fotografia 14).

Segundo alguns proprietários, em algumas localidades do distrito restam menos de 20% da população, pois o êxodo rural gerou verdadeiros vazios populacionais. (Fotografia 15).

Contrariando esta lógica, a agroindústria consegue manter a população no distrito e em sua sede.



Fotografia14: Melhoria no padrão de vida a partir das moradias, distrito Santa Flora, 2008.

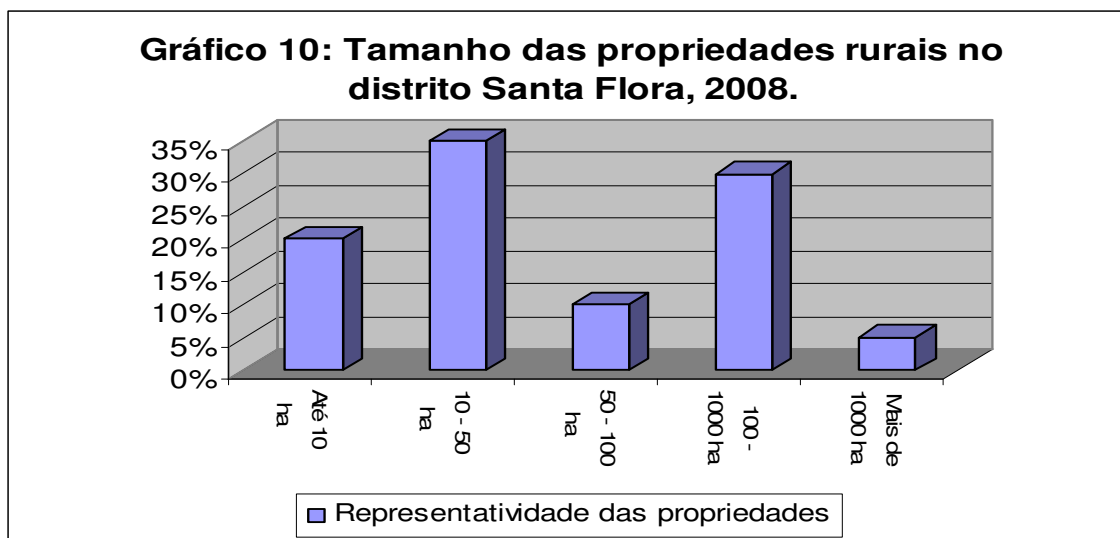
Fonte: Pesquisa de campo, Hundertmarck, I, 2008.



Fotografia 15: Propriedade abandonada após migração da família, distrito de Santa Flora, 2008.

Fonte: Pesquisa de campo, Hundertmarck, I, 2008.

No que refere-se à área das propriedades, pode-se verificar que pouco mais de 50% delas apresentam até 50ha. Por outro lado, em 35% das propriedades, a área é superior a 100ha. (Gráfico 10).



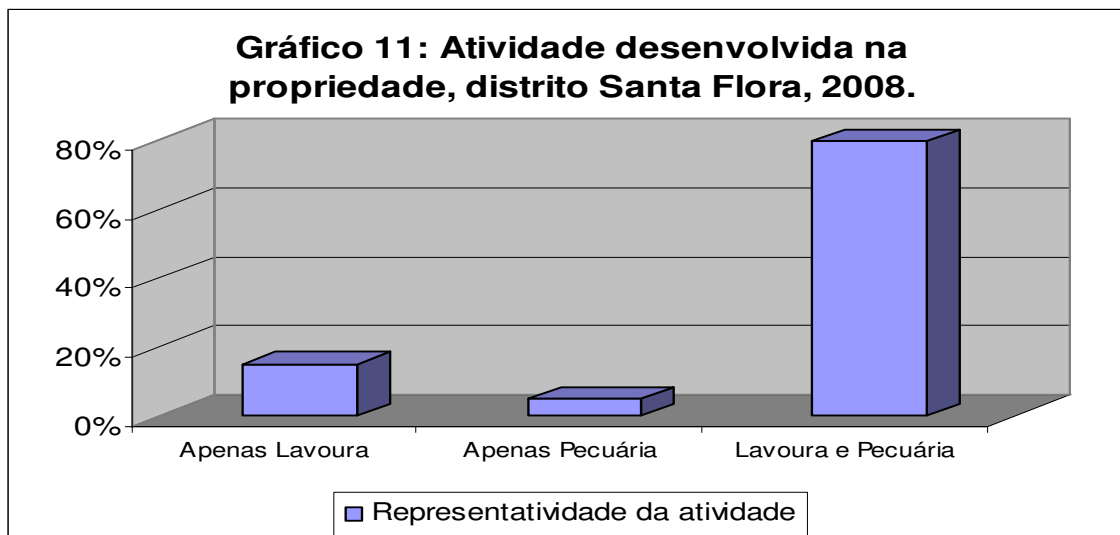
Fonte: Trabalho de campo, 2008.

Org: Hundertmarck, Isimar.

Constata-se que 40% das propriedades foram adquiridas por instrumento de compra, enquanto que 30% por compra e outros 30% por compra e herança. Portanto, comprova-se que, em pelo menos em 60% das propriedades, a herança desempenhou papel importante na composição da estrutura fundiária.

No que se refere à forma de utilização da terra, verifica-se que 65% das propriedades são exploradas pelos próprios proprietários. Entretanto, nem sempre a propriedade é o local de residência. Em 20% das propriedades, as atividades agropecuárias são desenvolvidas a partir de arrendamento para terceiros e, em outros 15% dos estabelecimentos, parte da propriedade é utilizada pelo proprietário e outra parcela é arrendada.

Do mesmo modo, quanto ao tipo de atividade desenvolvida nas propriedades, observou-se que 70% apresentam associação entre as atividades de pecuária e a lavoura. (Gráfico 11)



Fonte: Trabalho de campo, 2008.
Org: Hundertmarck, Isimar.

Aproveitando a ociosidade agrícola no inverno, plantam-se pastagens, principalmente de azevem, para engorda da pecuária bovina.

De acordo com as informações obtidas no trabalho de campo percebe-se que em propriedades, com menos de 30ha predominam cultivos de subsistência. Nestas propriedades predominam as culturas da mandioca, cana-de-açúcar, feijão, milho e hortigranjeiros. Por outro lado, pode-se classificar essas propriedades em dois tipos:

- Produção familiar de subsistência:

Nessas propriedades, a renda é obtida principalmente a partir de aposentadorias e da pecuária de pequeno porte destinada ao corte, utilizando-se áreas ociosas.

- Produção de subsistência com arrendamento de propriedade para prática agrícola de mercado:

Alguns pequenos proprietários desenvolvem atividades produtivas em propriedades arrendadas. Utilizam a propriedade apenas para residência e subsistência, enquanto que na área arrendada cultiva-se soja, arroz e pastagem.

Percebe-se que, na maior parte dos casos, estes são antigos proprietários que perderam suas terras para os bancos após financiamentos associados a problemas de produção.

Cabe salientar que, na amostragem, apenas uma propriedade com menos de 30ha demonstrou capacidade de auto-suficiência. Trata-se de uma propriedade com 19hectares de área que abriga três famílias com renda acima da média constatada nas demais. Nesta propriedade, o produto básico é o fumo, que ocupa apenas quatro hectares e permite renda elevada. (Fotografia 16).



Fotografia 16: Cultura do fumo e melhoria do padrão de vida, distrito Santa Flora, 2008.

Fonte: Pesquisa de campo, Hundertmarck, I, 2008.

Segundo os proprietários, o fumo é a única cultura capaz de manter a pequena propriedade, pois a Souza Cruz oferece assistência técnica, enquanto que para as demais culturas de pequena propriedade o auxílio técnico é praticamente inexistente. Segundo os mesmos, na grande propriedade, as próprias empresas fornecedoras de insumos concedem assistência técnica, com objetivo de vender os produtos químicos.

Assim, como alternativa a essa necessidade, os pequenos produtores têm a possibilidade de desenvolver uma organização social que possa contribuir com o poder de barganha nas negociações tanto na compra de insumos como na

comercialização do produto. Contudo, para que uma organização coletiva tenha êxito, é necessária uma efetiva participação dos membros.

Nas propriedades com mais de 30 hectares, verifica-se o domínio da soja, pecuária e arroz. Entretanto, podem-se classificar essas propriedades em três categorias:

- Propriedade com exploração familiar:

De um modo geral, ocorre naquelas propriedades com área entre 30 e 100ha. Nessas, a principal atividade é a pecuária, que utiliza 50% da área em tempo integral. Por outro lado, no inverno, ocupa áreas onde se cultivam soja e arroz. A associação da pecuária é mais intensa na cultura da soja, pois, no período de inverno, cultivam-se pastagens para correção da fertilidade do solo, possibilitando a prática da pecuária. Verifica-se que nestas propriedades ocorrem culturas voltadas ao consumo familiar.

- Propriedade com exploração familiar parcial:

Ocorrem propriedades com áreas diversas. A família utiliza parcialmente a propriedade e arrenda a parcela não utilizada. É comum o arrendamento no inverno para produtores pecuaristas especializados na engorda de gado ou para produtores de arroz, que buscam áreas de várzea para o cultivo do cereal.

- Propriedade com exploração a partir de arrendamento ou parceria:

Engloba geralmente propriedades com mais de 250ha nestas predomina o cultivo da soja, associado á pecuária e, em menor proporção o cultivo de arroz.

Quando indagados sobre qual atividade mantinha economicamente a propriedade ao longo dos anos, verificou-se que em 60% dos imóveis a pecuária em consórcio com a soja mostrou-se como a mais importante geradora de renda. Segundo os proprietários, uma atividade depende da outra, pois a pastagem é imprescindível no preparo do solo no inverno. Em alguns casos, a pastagem é arrendada para terceiros interessados apenas na engorda do gado. (Fotografias 17 e 18)



Fotografia 17: Pecuária de bovinos em pastagem plantada, distrito Santa Flora, 2008.

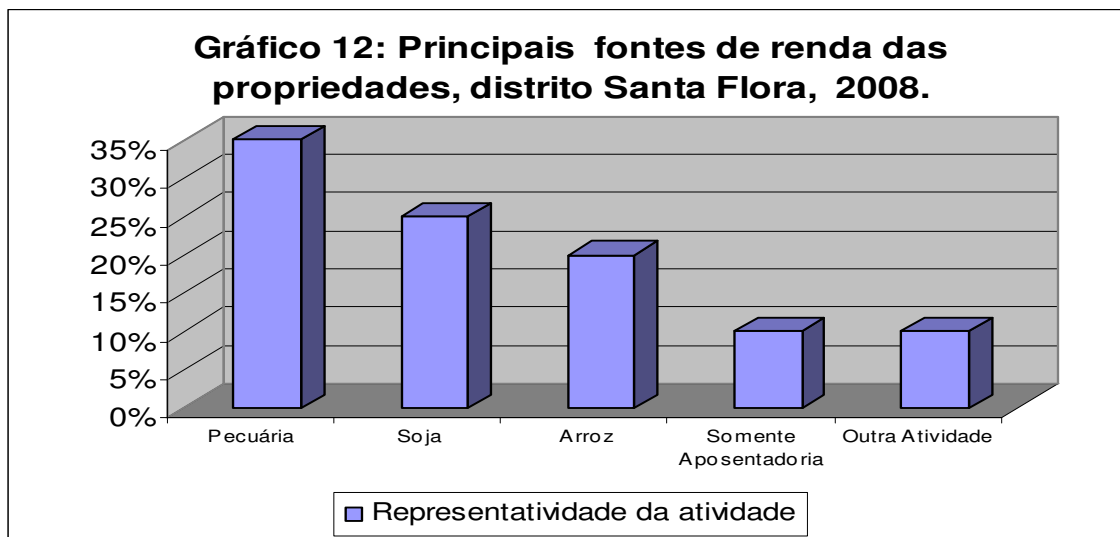
Fonte: Pesquisa de campo, Hundertmarck, I, 2008.



Fotografia 18: Cultura da soja em propriedade arrendada, distrito Santa Flora, 2008

Fonte: Pesquisa de campo, Hundertmarck, I, 2008.

De acordo com o Gráfico 12, o arroz aparece como terceira atividade geradora de renda desenvolvida no distrito Santa Flora. (Gráfico 12).



Fonte: Trabalho de campo, 2008.
Org: Hundertmarck, Isimar.

Quem cultiva arroz admite que, mesmo com uma área menor de cultivo essa cultura pode apresentar maior rentabilidade, devido á menor exigência de insumos e á menor necessidade de aplicação de corretivos no inverno. Nas várzeas após as cheias, os rios depositam sedimentos, gerando a recuperação natural dos nutrientes.

Em 15% das propriedades, verificam-se cultivos de hortigranjeiros e piscicultura para venda em feiras especializadas de Santa Maria.

As aposentadorias formam a principal fonte de renda para 10% dos entrevistados. Por outro lado, constata-se a presença de aposentados em outros 60% dos estabelecimentos. Portanto, pode-se concluir que, em 70% das propriedades, a aposentadoria pode ser considerada como fator primordial de manutenção do homem no campo. (Fotografia 19).



Fotografia 19: Propriedade com renda dependente de aposentadorias, distrito Santa Flora, 2008.

Fonte: Pesquisa de campo, Hundertmarck, I, 2008., 2008

Quanto ao valor da renda gerada nas propriedades, verifica-se que em 60% ela é superior a cinco salários mínimos, demonstrando que a renda média⁶ gerada é superior aos outros distritos de Santa Maria, que representam o domínio da pequena propriedade.

De acordo com os dados coletados, 60% dos proprietários percebem aumento na renda mensal. Saliem-se como principais fatores a elevação do número de aposentados e a maior aplicação de tecnologia na agropecuária. Para 40% dos entrevistados, houve redução da renda, devido à elevação da idade e à aplicação de insumos, que aumentou os custos de produção.

⁶ O percentual de 60% não inclui propriedades exploradas por trabalhadores assalariados, pois foi possível apenas projetar a renda, devido à falta de informações. Por outro lado, constata-se que o salário médio dos assalariados rurais é de 1,5 salário mínimo.

No que refere-se à mão-de-obra empregada no campo, observa-se que 85% dos estabelecimentos entrevistados ocupam no máximo quatro indivíduos. Deste percentual, 75% é mão-de-obra familiar e, em muitas delas, não existe contratação de mão-de-obra assalariada.

Segundo os entrevistados, em 50% das propriedades ocorreu redução no número de pessoas empregadas nas atividades produtivas, pois os filhos migraram para cidade e antes era comum a contratação de mão-de-obra assalariada. De acordo com as informações, o trabalhador assalariado, também chamado de peão, é difícil de ser encontrado, pois quem quer trabalhar como assalariado migra para cidade em busca de trabalho menos forçado e de melhor remuneração.

Deste modo, buscou-se classificar a mão-de-obra das propriedades em quatro categorias:

- **exploração familiar somente com o casal:** ocorre em 20% das propriedades. Neste caso, o casal apresenta mais de 50 anos e os filhos já migraram para cidade.

- **exploração familiar pelo casal e filho que mora na propriedade:** representa 40% dos entrevistados. Nesta relação, pais e filhos geralmente desempenham atividades em conjunto com divisão de lucros. Por outro lado, também se verifica a presença de pai e filho, na mesma propriedade, dedicando-se para culturas independentes.

- **exploração com trabalho assalariado:** engloba 20% dos estabelecimentos. O produtor rural mora na cidade e mantém um morador na propriedade, que geralmente possui funções administrativas. Por outro lado, o restante da mão-de-obra não reside na propriedade e é contratada tanto pelo dono como por aqueles que arrendam a propriedade. (Fotografia 20).



Fotografia 20: Infraestrutura típica de propriedades arrendadas, distrito Santa Flora, 2008

Fonte: Pesquisa de campo, Hundertmarck, I, 2008.

- **exploração familiar envolvendo filhos em tempo parcial:** representa 20% das propriedades. Neste caso podemos classificar as propriedades em duas categorias:

- o filho mora na sede do município de Santa Maria e migra para o distrito durante a semana ou final de semana, para desenvolver atividades produtivas com os pais.

- o filho trabalha em outras propriedades e até mesmo na agroindústria Marzari e nos horários livres ajuda na propriedade dos pais.

Destaca-se que, em ambos os casos, o filho recebe participação percentual na produção ou criatório.

De acordo com a amostragem, constatou-se que todos os proprietários possuem no máximo o ensino fundamental, demonstrando o baixo grau de instrução dos agricultores e dos pecuaristas. Por outro lado, os filhos com mais de 18 anos, mesmo os que moram na propriedade, na sua maioria possuem o ensino médio ou superior. Quando estes filhos permanecem no campo, são agentes promotores de mudanças, pois com melhor grau de instrução, adotam medidas para diversificar e modernizar a propriedade.

Quando indagados sobre a existência de atividades geradoras de renda fora de sua propriedade, apenas 30% dos entrevistados admitiram exercer tais atividades. Elas possuem caráter esporádico e utilizam implementos agrícolas que ficam ociosos boa parte do ano. Destaca-se, entre estas atividades, a limpeza de campos com roçadeira, aragem do solo, colheita da produção e transporte de grãos de outras propriedades para as agroindústrias de compra ou estocagem de matéria-prima, inclusive a agroindústria Marzari.

No que se refere ao destino da produção, observa-se que o principal mercado é o interno e apenas 10% das propriedades são exclusivamente de subsistência, coincidindo com aquelas de renda única proveniente de aposentadorias.

A produção de soja tem como principal mercado Santa Maria, que possui importantes filiais de indústrias de beneficiamento de grãos. Por outro lado, a produção de arroz é absorvida, na sua maior parte, por engenhos do próprio distrito.

De acordo com produtores que enviam sua produção para a agroindústria de processamento do arroz Marzari, o principal benefício de venda para o grupo é a seriedade, pois o arroz fica estocado e a venda ocorre de acordo com a necessidade do produtor. O produtor paga 6% do valor do arroz pela secagem e deixa estocado, esperando o momento certo para venda, que ocorre pela própria Empresa, sendo que o pagamento, no caso do grupo Marzari, é imediato ao ato da compra.

Entretanto, percebe-se que muitos produtores preferem vender para pequenos engenhos do próprio distrito, pois estes são menos exigentes quanto à umidade e impureza do arroz. De um modo geral, estes produtores são aqueles comprometidos com financiamentos junto a bancos e precisando realizar a venda imediata da produção.

Quanto à infraestrutura e aos equipamentos, observou-se que todas as propriedades possuem galpão para guardar equipamentos de produção e 90% dos entrevistados possuem pelo menos trator, cuja distribuição por unidade produtiva alcança valores acima da média regional e nacional.

Indagados sobre financiamentos, 50% dos entrevistados faz empréstimos, com o objetivo principal de comprar máquinas e insumos para a cultura da soja. Outros 50% não fazem financiamento, porque já tiveram problemas com bancos e perderam parte de suas propriedades ou ainda pagam parcelas dos empréstimos. Nas entrevistas, constatou-se que alguns agricultores ainda persistem na atividade

com o intuito de concluir o pagamento destes financiamentos, mas com o objetivo de abandonar a agricultura após a quitação de suas dívidas e compromissos.

Deste modo, quando questionados sobre os principais limitantes para agropecuária, todos os produtores afirmam que o preço dos insumos e os fenômenos climáticos⁷ estão entre os principais problemas enfrentados pela agropecuária no Distrito. (Fotografia 21)



Fotografia 21: Tempos de estiagem promotora de queda na produção de soja, distrito Santa Flora, 2008

Fonte: Pesquisa de campo, Hundertmarck, I, 2008.

Questionados sobre quais produtos mantinham a propriedade ao longo da história, 80% dos entrevistados citaram a pecuária e o arroz, mas também foi salientado que o principal produto de manutenção da propriedade é a soja, embora sua introdução tenha sido recente.

Deve ser destacado que as culturas do milho, da cebola e do feijão aparecem como abandonadas. Segundo os produtores, o milho apresenta maior dificuldade de venda e estocagem, exigindo a imediata comercialização. Esta cultura geralmente não ocupa áreas superiores a um hectare e se destina à subsistência

⁷ O distrito Santa Flora foi afetado durante 2006, 2007 e 2008 por estiagens e granizo.

interna das propriedades, por ser a principal forrageira no tratamento alimentar do criatório.

Sobre a introdução de mudanças na propriedade, apenas 50% dos produtores entrevistados possui algum tipo de projeto. Entre as propostas futuras mais citadas, destaca-se a construção de açudes, irrigação e compra de terras. Nenhum proprietário demonstrou interesse em mudança de cultura.

Do mesmo modo, quando questionados sobre a existência de filhos que migraram para cidade, 95% deram resposta positiva e apenas 10% dos entrevistados veem possibilidade de seus filhos continuarem na atividade agropecuária.

CONCLUSÃO

O espaço rural de Santa Flora apresenta-se com diversificado grupo de interesses, os quais não são excludentes entre si, mas na maioria das vezes complementares; e, no propósito de atender à demanda gerada pelo mercado, que possibilita uma ampla estrutura de oportunidades, conforma-se uma variada oferta de serviços, estabelecimentos, lugares e produtos.

É neste contexto, observou-se que na área de estudo a formação de novas ruralidades rompendo a concepção "produtivista" tradicional que identificou, por muito tempo, o desenvolvimento rural em termos setoriais, avaliando-o apenas a partir dos níveis da produtividade das atividades agrícolas e da eficiência dos sistemas de produção agropecuários. Neste caso, prevaleciam os indicadores de mercado (economia de escala, melhoria da produtividade e competitividade dos produtos agropecuários).

Pode-se dizer que embora importantes considera-se que somente essas variáveis permitem avaliar estágio de crescimento, pois progresso como se pretendia alcançar no meio rural do distrito Santa Flora, deve supor a incorporação de crescimento e desenvolvimento, exigindo outros indicadores que transcendem aos aspectos produtivos enfatizados nas análises ao priorizar relações de reprodução socioeconômica, como as condições de vida da população; as relações de trabalho; o acesso aos meios de produção; a qualidade dos produtos; a conservação dos recursos naturais; os níveis de renda dos produtores rurais e atividades agroindustriais.

A dinâmica do desenvolvimento rural do distrito Santa Flora pode ser definida como um processo de crescimento e mudança estrutural que pode ser verificado através de inúmeras dimensões: a gestão dos recursos físicos, os recursos humanos, as instituições e administrações locais, mercado e relações externas, localização geográfica de empresas e instituições, assim como, percepção das pessoas do território.

Deste modo, o capital social será mais forte à medida que ele permitir cada vez mais a ampliação do círculo de relações sociais em que vivem aqueles que participam de sua construção. O desenvolvimento supõe o aumento das

oportunidades de escolha dos indivíduos, ampliando as possibilidades de geração de renda.

Deste modo, apesar de todos benefícios discutidos e analisados no presente trabalho, é necessário ressaltar a falta essencial da educação para construção da convergência de interesses.

Deste modo, a diversificada oferta de serviços, atividades, lugares e estabelecimentos do meio rural, denotam, de modo correspondente, a outra ponta do processo de consumo, em que se condensam – na demanda – diferentes modalidades de interesse pelo espaço rural; de certo modo, é este processo que acaba lhe conferindo as atuais características de pluriatividade e multifuncionalidade as atividades existentes.

Assim, o rural se presta a satisfazer diversas finalidades, desempenhar diferentes funções e ser suporte para heterogêneas atividades. Tal processo acaba proporcionando a construção social de novos e múltiplos sentidos para o meio rural, os quais se manifestam, num plano geral, sintomaticamente, pela revalorização de áreas rurais para além de sua função meramente produtora de alimentos.

Portanto, a complexidade da organização do espaço rural encontrada no distrito Santa Flora e suas relações com o mercado e as políticas de circulação da produção para o urbano e outros destinos implicam em reordenamento econômico e territorial, refletindo a relação sociedade-natureza e as imposições do capital. Desprende-se de tudo isto que o rural não é apenas uma classificação em que se insere o campo e o seu produto final, a produção agropecuária, se tornou um espaço significativo, mediante a procura e a valorização da terra para diversos fins.

Observou-se que o espaço rural em Santa Flora tem passado por profundas modificações estruturais, econômicas, sociais e culturais, ligadas diretamente às dinâmicas provenientes dos mercados, das relações não-agrícolas e da urbanidade que tem penetra em sua espacialidade, acelerando suas relações e promovendo mudanças rápidas no rural.

Esse fenômeno é percebido no rural do distrito e pode ser comprovado através de pesquisa de campo e entrevistas aplicadas aos moradores do rural. Foi demonstrando que a pluriatividade atinge cada vez mais propriedades rurais do distrito, principalmente com atividades ligadas ao lazer, hortigranjeiros, piscicultura, trabalho na agroindústria e também com aquelas ligadas à transformação de produtos agropecuários em industrializados.

Neste contexto, cabe salientar que a nova ruralidade não significa necessariamente o abandono da agricultura, mas pode sim acabar sendo um reforço da mesma, promovendo melhor composição de renda para os agricultores e desenvolvendo o interesse de sucessão da terra pelos filhos desses agricultores, os quais podem ter aí uma possibilidade de rendimentos, na agricultura ou na transformação industrial, como é o caso da agroindústria de processamento do arroz Marzari. Atividades dinâmicas compatíveis com as que teriam na área urbana como os inseridos neste meio urbano.

Portanto, salienta-se que contrariando o conhecimento geral de que o êxodo rural vem sistematicamente provocando o esvaziamento dos campos e que sua raiz está na falta de uma “verdadeira” política agrícola. É importante mencionar os resultados que a pesquisa apresenta. Trata-se de um outro panorama das tendências demográficas brasileiras e internacionais contemporâneas e que apontam para os padrões de desenvolvimento rural que vão muito além de políticas agrícolas.

Assim, contrariamente à crença que encara o esvaziamento do meio rural associado ao próprio conceito de desenvolvimento, em diversas localidades de Santa Flora a população não apresentou desaceleração de maneira nítida e já se registram tanto a migração de retorno em direção as pequenas propriedades, como mão-de-obra familiar, médias e grandes propriedades, como mão-de-obra assalariada, e indústria como foi observado na pesquisa.

Não se pode desconsiderar que em Santa Flora o peso da agricultura nas ocupações e na geração de renda ainda é majoritário no meio rural. Entretanto, com base nos dados coletados, a diversificação das atividades ali em ação, permite que a geração de renda não-agrícola poderá, em curto prazo, se disseminar e predominar no meio rural colaborando para a heterogeneidade de relações e atividades que constituem a presença da ruralidade.

Por outro lado, é pelo fortalecimento de organizações locais, capazes de elaborar projetos criativos e reveladores dos potenciais de cada região que se combate o êxodo rural e não com uma suposta “verdadeira” política agrícola.

Apesar disso, a ausência de asfalto, de iluminação pública em pontos da sede do distrito é combatida pela organização dos produtores locais que demonstram a inexistência de uma política pública definida e de planos de desenvolvimento sustentável para esse rural, que alias, encontra-se inserido na

economia nacional a partir da indústria, portanto, deveria possuir políticas públicas diferenciadas e compatíveis com a legislação para áreas de proteção ambiental.

Neste sentido, antigos e novos proprietários de terra têm visões diferentes sobre essas mudanças e, para os primeiros, apesar de melhorias visíveis na qualidade de vida, principalmente dos filhos, a preferência é pelo rural antigo, pela tranquilidade e pelas atividades que faziam parte de seu cotidiano. Já o proprietário mais recente, vê no rural uma possibilidade de fugir da violência, da poluição e do estresse do urbano ou, simplesmente, um meio de geração total ou complementar de renda, principalmente quando aposentado.

Portanto, conclui-se que o rural não deixará de existir e muito rapidamente se transformará em outro rural sem que venha a ser absorvido pelo urbano, pois mesmo este sofre influência das ruralidades, portanto, o que se tem, como já observado em lugares, é o surgimento dos espaços híbridos, que mesclam características rurais e urbanas e que, com políticas públicas corretas, podem servir de opção para geração de emprego e renda e para manutenção dos jovens na sucessão da terra.

Mas, caso o rural for encarado como capaz de preencher as funções necessárias à reprodução do modo de vida de seus habitantes e segundo algumas relações de produção observadas em muitos proprietários e em algumas localidades do distrito, resta menos de 20% da população, pois o êxodo rural gerou verdadeiros vazios populacionais. Contrariando esta lógica, a indústria consegue manter a população na sede do Distrito como demonstrado através da fotografia 5.

No imbricado das relações com as cidades, será possível construir uma estratégia de crescimento e de articulação no meio rural. A renovação das discussões sobre a ruralidade e sua dinâmica para alcançar o desenvolvimento pleno dos grupos sociais contidos nele e que o formam exigem de imediato que se possa, além de superação do mito da urbanização do campo, deve-se olhar para as mudanças rápidas que obedecem as dinâmicas dos tempos de mutações técnicas de alteração da vida e da produção, das interferências no meio ambiente ao colocar novos elementos, transformando os existentes e suprimindo outros e por fim dando ao meio rural novas feições que podem ser traduzidas por ruralidades em movimento constante.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. O futuro das regiões rurais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

ALTHUSSER, Louis Graal (1967). et all. *Dialética e Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 150p.

BECKER, D. F. & WITTMANN, M. L. **Desenvolvimento regional**: abordagens interdisciplinares. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003, 395p.

BERGER, M.. “Entre el campo y la ciudad: la pluriactividad en el partido de Cañuelas, Pcia. de Buenos Aires”. En G. Neiman y C. Craviotti (comp.) *Entre el campo y la ciudad. Desafíos y estrategias de la pluriactividad en el agro*. Buenos Aires. CICCUS. 2005.

BERNARDY, R. J. **Inventário de bacias hidrográficas e seus potenciais conflitos de usos**. Florianópolis. Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil. UFSC, 2005, 233p (Tese de doutorado).

BERTALANFFY, L. von. **Teoria Geral dos Sistemas**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1975.

BEZERRA, D. R. C. A Dialética Hegeliana e o Espírito da Constituição. In: Segundo Congresso Internacional da Sociedade Brasileira Hegeliana, 2005, Recife. II Congresso Internacional da Sociedade Hegel Brasileira, 2005. v. 1.

BOURDIEU, P. **La distinction – Critique sociale du jugement**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1979.

DALLABRIDA, V. R. & BECKER, D. F. “Dinâmica territorial do desenvolvimento”. In: **Desenvolvimento regional**: abordagens interdisciplinares. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003, 395p.

EMATER/RS - Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural. Disponível em <http://taquari.emater.tche.br>. Acesso em 20 março de 2008.

FIBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. **Censo Demográfico de 2000**. Rio de Janeiro: IBGE. 2000.

FEE – Fundação de Economia e Estatística: Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria de Planejamento. Porto Alegre: FEE. Disponível em <http://www.fee.tche.br/sitefee>. Acesso em 10 dezembro de 2007.

FULLER, A. M. (1990). From part-time farming to pluriactivity: a decade of change in rural Europe. **Journal of Rural Studies**, v.6, pp.361-373.

FOLQUIE, Paul. A Dialética. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978. 128 p.

GUIDUGLI, O. S. **Geografia e Planejamento: Problemas e Perspectivas de uma Interface**. In: Geografia, v.5. Rio Claro, 1980.

HENRIQUE, W. Pela continuidade da geografia crítica. *Biblio 3W, Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, Vol. VII, nº 400, 25 de septiembre de 2002. <http://www.ub.es/geocrit/b3w-400.htm> [ISSN 1138-9796]

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 1997. 87p.

LACOSTE, Y. Le Géographie. Paris: Hachette, 1973.

LEFEBVRE, Henri (1969). *Lógica Forma / Lógica Dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983 (3ª ed.). 312p.

LEMOS, A. I. G. Turismo e Cultura. In: **Turismo: Impactos Socioambientais**. São Paulo: HUCITEC, 1996, 186p.

MARX, Karl. Notas sobre as recentes instruções prussianas relativas à censura. In.: MARX, Karl; ENGELS, F. Sobre literatura e arte. 3ª edição. Tradução Brasileira de Olinto Beckerman. São Paulo: Global Editora, 1986.

MENDES, A. C. **Regionalização e história: uma contribuição introdutória ao debate teórico-metodológico**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar. 2005.

MIORIN, V. M. F. **Modo de produção e organização do espaço agrário: uma abordagem teórico-metodológica**. Rio Claro: UNESP, 1988. Tese. (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, 1988.

MORIN, E. **O método I.** A natureza da natureza. Tradução: Maria Gabriela de Bragança, Portugal: Europa-América, 1977.

_____. **Ciência com Consciência.** Tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. Ed. Revista e modificada pelo autor, 10 ed., Rio de Janeiro:Bertrand Brasil, 2007.

NEUMANN, P. S. Desenvolvimento rural: tendências e debates contemporâneos. Orgs. José Marcos Froehlich, Vivien Diesel – Unijuí, 2006. 196 p.

OLAVE, M. **Redes de Cooperação Produtiva.** São Paulo, USP, 2001.

MURMIS, M. y FELDMAN, S. "Pluriactividad y pueblos rurales: examen de un pueblo pampeano". En G. Neiman y C. Craviotti (comp.) *Entre el campo y la ciudad. Desafíos y estrategias de la pluriactividad en el agro.* Buenos Aires. CICCUS. 2005.

RADAM BRASIL. Levantamento dos Recursos Naturais. V.33. Rio de Janeiro: IBGE, 1986.

RAMBO, B. A Fisionomia do Rio Grande do Sul. 3. ed. São Leopoldo: Ed. da Unisinos, 2000.

RODRIGUES, A. A. B. **Turismo e Geografia. Reflexões Teóricas e Enfoques Regionais.** São Paulo:HUCITEC, 1996. 273p.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova:** da crítica a geografia a uma geografia nova. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1992.

SANTOS, Milton (1996).*A Natureza do Espaço – técnica e tempo, razão e emoção.*São Paulo: Hucitec, 1999 (3ª ed.). 308p.

SEMA (Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Rio Grande do Sul). Relatório Anual de recursos Hídricos no RS. Disponível em <http://www.sema.rs.gov.br>. Acesso em 10 Janeiro 2009.

SILVA, J. F. G. O novo rural brasileiro. Revista Debates Ambientais, CEDEC - São Paulo/SP, 2000.

SILVA, J. G.. O novo rural brasileiro. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 34., 1996, Aracaju. Anais. v.1, p. 71/90.

_____. da. "Local sustainable development: a new challenge for under-development countries" In: **XXXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. Rio de Janeiro, 30 de Jul. a 05 de Ago. 1999. 11p.

_____. **Complexos Agroindustriais e Outros Complexos**. Campinas, 1991.

VIEIRA, E. F. Rio Grande do Sul: Geografia física e vegetação. Porto Alegre: Sagra, 1984.

VIEIRO, L. D. M. Atlas Municipal Escolar de Santa Maria. Diário de Santa Maria 2003.

WANDERLEY, M. de N. B. "A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil" In: **X World Congress Of Rural Sociology**. Rio de Janeiro 30 de jul. a 05 ago. 2000. 17p.

APÊNDICES

APÊNDICE A

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOCIÊNCIAS E GEOGRAFIA

ROTEIRO PARA ENTREVISTA – PRODUTORES RURAIS DO DISTRITO SANTA FLORA, SANTA MARIA – RS. (Aplicado aos produtores mais antigos)

A) ORIGEM

1. Sempre residiu no Distrito?

Em caso negativo: De que cidade é proveniente? _____

Por que escolheu Santa Flora? _____

2. Qual a origem (etnia) da família? Italianos, portugueses, alemães...

3. Qual era o tamanho das propriedades no início da ocupação pelos primeiros produtores?

4. No início da ocupação quais eram os principais cultivos ou criatórios produzidos nas propriedades?

5. Qual era a finalidade desses cultivos ou criatórios?

6. Quais cultivos ou criatórios dessa produção eram comercializados? E quem os comprava?

7. Qual era o destino desta comercialização? Local, município?

8. Possuíam algum tipo de integração ou parceria na produção?

9. Que técnicas eram empregadas no preparo do solo? Pousio? Queimada? Adubação química?

10. Quais eram os principais instrumentos utilizados para o preparo do solo e colheita?
11. Qual era a principal mão-de-obra utilizada nas propriedades? Familiar? Contratada?
12. Em geral qual era o grau de instrução da mão-de-obra familiar? Até que séries estudavam os filhos?
13. Houve mudanças dos produtos cultivados e criatórios?
14. Atualmente quais são os cultivos e criatórios que se destacam? E quem são os produtores que os produzem? Filhos de agricultores? Arrendatários? A produção é decorrente da agroindústria?
15. Atualmente quais são as técnicas mais utilizadas para o preparo do solo? Plantio direto? Adubação química ou orgânica? Rotação de culturas? Queimadas? Que mudanças são percebidas?
16. A indústria influenciou a modernização da lavoura no distrito? Quando começa a modernização?
17. Quais são os principais instrumentos hoje utilizados no preparo do solo e colheita?
18. Atualmente qual o tipo de mão-de-obra mais utilizada na propriedade? Familiar? Contratada?
19. Hoje qual é a principal forma de comercialização da produção agrícola?
20. Hoje quais são os principais limitantes da produção agrícola? Preço? Concorrência?
21. Quais fontes de informação o produtor possui regularmente?

22. Quais são as instituições de serviços ou apoio agropecuário? Federal, Estadual? Municipal?

23. Quais são as organizações ou representantes de agricultores no Distrito?

24. Existem moradores no meio rural que não desempenham nenhuma atividade agropecuária, utilizando o meio apenas como moradia? Quais são?

25. Existem moradores no meio rural que não desempenham nenhuma atividade agropecuária própria, Trabalhando apenas como assalariados de outras propriedades rurais? Quais são?

26. Existem moradores no meio rural que não desempenham nenhuma atividade agropecuária, que sobrevivem da aposentadoria? Quais são?

27. Existem propriedades que objetivam o lazer (turismo) Existem moradores no meio rural que não desempenham nenhuma atividade agropecuária, utilizando o meio apenas como moradia? Quais são?

APÊNDICE B

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOCIÊNCIAS E GEOGRAFIA

ROTEIRO PARA ENTREVISTA – PRODUTORES RURAIS DO DISTRITO SANTA FLORA, SANTA MARIA – RS.

PROPRIEDADES E MÃO-DE-OBRA

1. Sempre residiu no Distrito?

Em caso negativo: De que cidade é proveniente? _____

Por que escolheu Santa Flora? _____

2. A indústria é um atrativo? Contribui para melhora de vida da população?

3. Qual a área da propriedade? _____

4. Como ocorreu o processo de acesso a terra? Herança? Compra? Financiamento?

5. Quem explora a propriedade?

() Proprietário () Arrendatário () Parceria

6. Atividade desenvolvida na propriedade

() lavoura

() pecuária

() hortaliças

() outros: _____

7. Quais os principais produtos ou criatórios na propriedade?

PRODUTO	ÁREA MÉDIA PLANTADA (ha)	ANO DE INSTALAÇÃO

8. Na composição da Renda Bruta da propriedade, quais destas atividades tem mais participação?

9. Qual o valor de renda mensal da propriedade (salários), qual a sua importância mensalmente?

10. Ao longo dos anos percebe alterações na renda mensal?

MÃO-DE-OBRA

11. Normalmente quantas pessoas compõem a força de trabalho da propriedade? _____

12. Houve mudança ao longo do tempo no número de pessoas?

13. Que tipo de mão-de-obra utilizam?

() familiar

() assalariada temporária; em que época? _____

14. Em geral qual o grau de instrução da mão-de-obra familiar? Sempre foi assim?

15. A mão-de-obra familiar costuma trabalhar para fora? _____

DESTINO PRODUÇÃO

16. A produção destina-se à:

() subsistência () abastecimento interno () abastecimento externo

17. Qual o principal mercado para comercialização da produção? Local? Regional? Estados? Países?

18. Quais são as empresas em que se comercializa a produção agropecuária?

INFRA-ESTRUTURA DA PROPRIEDADE E TECNICAS DE PRODUÇÃO

19. Que outras benfeitorias, além da casa, possuem na propriedade? Qual a finalidade?

20. Quais são os principais equipamentos utilizados para o cultivo ou criatório?

FINANCIAMENTO

21. Fazem financiamentos? _____

21.1 Se faz:

21.2 Para que fins? _____

21.3 Em que bancos? _____

21.4. Para qual produção é destinado o financiamento? _____

21.5. Que tipo de incentivos o governo tem dado para a produção?

FUTURO

22) Atualmente quais os limitantes existentes na produção agropecuária? Preço? Concorrência? Acesso a crédito?

23) Quais os produtos que mantém a propriedade ao longo da sua história? (salientar os momentos de início e fim das atividades, e os motivos de sua introdução ou abandono)

24) Quais são os planos futuros do produtor em relação as suas produções (atividades produtivas) ?

25) Se o produtor tivesse condições, que tipo de investimento faria em sua propriedade?

26) Alguém da família já migrou para cidade?

27) Vê possibilidade de seus filhos continuarem na atividade agropecuária?

APÊNDICE C

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOCIÊNCIAS E GEOGRAFIA

ROTEIRO PARA ENTREVISTA – FUNCIONARIOS DA AGROINDÚSTRIA.

1. A quanto tempo trabalha na empresa? _____

2. Onde reside? _____

2.1. Qual a sua origem? (qual cidade, rural ou urbana) _____

3. Seus pais desempenhavam atividades agropecuárias? _____

4. Possui (reside) propriedade rural? _____

Em caso positivo:

4.1. Qual a área da propriedade? _____

4.2. Qual a origem da propriedade? (compra, herança) _____

4.2. Desempenha atividade agropecuária? _____

Em caso positivo:

Que cultivo? (se planta arroz para quem vende) _____

Que criatório? (leite ou corte) _____

4.3. Outras pessoas estão envolvidas na produção? (filhos, esposa)

Em caso negativo:

4.4. Possui casa própria? _____ Qual a origem? _____

5. Possui carro ou moto?(adquiriu antes ou depois do trabalho)

6. A indústria contribuiu para melhora na qualidade de vida? Qual a sua renda mensal na agroindústria?(quantos salários) _____

7. Desempenha outras atividades geradoras de renda?_____ Em caso positivo que atividades?_____ Qual o percentual de importância dessa atividade na renda da família?

8. Possui filhos?_____ Quantos?_____

9. Qual seu nível de escolaridade?_____ Pretende buscar aperfeiçoamento?_____

10. Pretende sair de Santa Flora?

APÊNDICE D

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOCIÊNCIAS E GEOGRAFIA

**ROTEIRO PARA ENTREVISTA – AGROINDÚSTRIA DE PROCESSAMENTO DE
ARROZ**

- 1- Origem: _____
- 2- Porque a escolha do distrito? _____
- 3- Porque a necessidade da agroindústria? _____
- 4- Continua com domínio familiar? _____
- 5- Como vê o distrito após a agroindústria? _____
 - 5.1 - A produção de arroz aumentou? _____
 - 5.2 - Ocorreu mudança na qualidade de vida da população? _____
- 6- Quadro Funcionários:
Escritório: _____
Agroindústria: _____
Contrata trabalho temporário? _____
- 7- Quem faz o transporte? _____
- 8- Qual o percentual da matéria-prima é de consumo próprio? _____
 - 8.1 – Origem da produção? _____
9. Qual a origem do restante da matéria-prima? (Municípios e representatividade)

10 – Comercialização (destino do arroz beneficiado) e representatividade:

- Santa Maria %: _____

- Rio Grande do Sul %: _____

- Outros Estados %: _____

Brasília:

Espírito Santo:

Maranhão:

Amazonas:

Acre:

Minas Gerais:

Bahia:

Goiás:

- Exportação %: _____ Destino: _____

11 – Como é feita a comercialização: _____

12. – Quais as variedades de arroz e subprodutos produzidos?

13 – Como compra insumos?

14 – Quais são as perspectivas de investimentos futuros?